



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE CIÊNCIAS APLICADAS



TIAGO DEL TEDESCO GUIOTI

ATLETAS INDEPENDENTES OLÍMPICOS E A QUEBRA DO PARADIGMA DO NACIONALISMO

Limeira

2012



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE CIÊNCIAS APLICADAS



TIAGO DEL TEDESCO GUIOTI

ATLETAS INDEPENDENTES OLÍMPICOS E A QUEBRA DO PARADIGMA DO NACIONALISMO

**Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial para
obtenção do título de bacharel em Ciências
do Esporte à Faculdade de Ciências
Aplicadas da Universidade Estadual de
Campinas.**

Orientador (a): Prof. Dr. Eliana de Toledo Ishibashi

Limeira

2012

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA *PROF. DR. DANIEL JOSEPH HOGAN*
DA FACULDADE DE CIÊNCIAS APLICADAS

G948a	<p>Guioti, Tiago Del Tedesco</p> <p>Atletas independentes olímpicos e a quebra do paradigma do nacionalismo / Tiago Del Tedesco Guioti. - Limeira, SP: [s.n.], 2012. 75 f.</p> <p>Orientadora: Eliana de Toledo Monografia (Graduação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Ciências Aplicadas.</p> <p>1. Jogos Olímpicos. 2. Nacionalismo. 3. Nação esportiva. I. Toledo, Eliana. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Ciências Aplicadas. III. Título.</p>
-------	--

Título em inglês: Independent olympic athletes and breaking the paradigm of nationalism.

Keywords: - Olympic games;
- Nationalism;
- Sports nation;

Titulação: Bacharel em Ciências do esporte

Banca Examinadora: Prof.^a Dr.^a Eliana de Toledo.

Prof.^a Dr.^a Heloísa Helena Baldy dos Reis.

Prof.^a Dr.^a Marta Fuentes Rojas.

Data da defesa: 29/11/2012.

Dedico este trabalho à família e amigos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha orientadora Prof. Dra. Eliana de Toledo Ishibashi e ao Prof. Dr. Alcides José Scaglia por contribuírem com minha formação acadêmica e por compartilharem suas vastas informações, assim como, ao Prof. Dr. Luciano Alegretti Mercadante e ao Prof. Dr. João Paulo Borin por estar nos acompanhando desde o primeiro semestre. Agradeço também aos meus pais Carlos e Regina, por fornecer todo um apoio moral e principalmente financeiro para que eu realizasse o sonho de cursar um curso de Esportes e aos meus irmãos por todos os conselhos e direcionamentos dentro da vida acadêmica. Por fim, agradeço aos amigos e amigas pelas ajudas no decorrer da faculdade e por todas as trocas de experiências e conversas realizadas.

A comunidade e os admiradores colocam no ídolo
a expectativa da realização imaginária
e fictícia do desejo de felicidade.

Walter Bracht

GUIOTI. Tiago Del Tedesco. Atletas Independentes Olímpicos e a quebra do paradigma do nacionalismo. 2012. 75p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências do Esporte) – Faculdade de Ciências Aplicadas, Universidade Estadual de Campinas, Limeira, 2012.

RESUMO

Os Jogos Olímpicos sempre representaram a união de povos e nações. Na Antiguidade Clássica, os Jogos, além de promoverem a paz entre as cidades-estados, reforçavam a identidade grega. Com o mesmo princípio de promoção da paz e união dos Estados-nações, Pierre de Coubertin, ressurgiu os Jogos Olímpicos na Era Moderna, em detrimento da institucionalização dos esportes modernos baseados nos pilares da Revolução Industrial. O Olimpismo regia os Jogos por princípios éticos e morais, tornando-os um evento internacional. No século XX, perante a ideologia do nacionalismo, que fazia parte da construção de uma nação com os sentimentos de união pela mesma etnia, língua, cultura e um passado comum e da legitimação dos Estados-nações, Estados de regimes totalitários, utilizaram o evento como propaganda de seus governos e como prestígio nacional e internacional, como os Jogos Olímpicos de Berlim em 1936. O dualismo entre capitalismo e socialismo da Guerra Fria, utilizou os Jogos como uma propaganda de ideologias político-econômicas e aumentou a visibilidade do esporte pelo alto nível de competição. Na era da Globalização, o esporte vira espetáculo e é regido sob as leis das políticas neoliberais, fazendo os Jogos Olímpicos serem um evento altamente lucrativo. Quebra-se os princípios do amadorismo e do fair play do Olimpismo moderno e a identidade nacional passa a coexistir com a identidade global. Cria-se uma nação esportiva, representada por atletas independentes olímpicos, em que deixam de representar sua nação para participar dos Jogos Olímpicos.

Palavras-chave: Jogos Olímpicos. Olimpismo. .Nação esportiva.

GUIOTI. Tiago Del Tedesco. Independent Olympic Athletes and breaking the paradigm of nationalism. 2012. 75p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências do Esporte) – Faculdade de Ciências Aplicadas, Universidade Estadual de Campinas, Limeira, 2012.

ABSTRACT

The Olympic Games have always represented a link of people and nations from different cultures and parts of the world. In the classic antiquity, the Games, besides promoting peace among city-states, reinforced the Greek identity. With the same principle of promoting peace and unity of the nation-states, Pierre of Coubertin recreated the Olympic Games in the modern era, in detriment of the institutionalization of modern sports based on the pillars of the Industrial Revolution. Olympism ruled Games by ethical and moral principles, making it an international event. In the twentieth century, facing the ideology of nationalism, which relates to building a nation with feelings of togetherness by the same ethnicity, language, culture and a common past and of legitimacy of nation-states, totalitarian states used the event to publicize their governments, to improve their national and international prestige, for example, the Berlin Olympics in 1936. The dualism between capitalism and socialism of the Cold War used the Games for campaigning political-economic ideologies and increasing the visibility of the sport by the high level of competition. In the era of globalization, the sport becomes spectacle and is regulated under the laws of neoliberal policies, making the Olympics a highly profitable event. Principles such as amateurism and fair play of the modern Olympism and the national identity begins to coexist with the global identity. It creates a sporting nation, represented by Independent Olympic Athletes, which give up on representing their nation when participating in the Olympic Games.

Keywords: Olympic Games. Olympism. Sports nation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	A Bandeira Olímpica.....	37
Figura 2	Nacionalidades dos Atletas Independentes Olímpicos – Barcelona 1992.....	61
Figura 3	Gêneros dos Atletas Independentes Olímpicos – Barcelona 1992.....	61
Figura 4	Modalidades dos Atletas Independentes Olímpicos – Barcelona 1992.....	62

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Atletas Independentes Olímpicos – Jogos Olímpicos Barcelona 1992.....	58
Tabela 2	Atletas Independentes Olímpicos – Jogos Olímpicos Sidney 2000.....	63
Tabela3	Atletas Independentes Olímpicos – Jogos Olímpicos Londres 2012.....	64

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACON	Associação dos Comitês Olímpicos Nacionais
COI	Comitê Olímpico Internacional
CON	Comitê Olímpico Nacional
IOA	Atletas Independentes Olímpicos
ONU	Organização das Nações Unidas

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	13
2. METODOLOGIA.....	16
3. JOGOS OLÍMPICOS NA ERA MODERNA E O NACIONALISMO.....	18
3.1. Os Jogos Olímpicos e a institucionalização do esporte.....	18
3.2. Nacionalismo e Esporte.....	26
3.3. Olimpismo Moderno de Pierre de Coubertin.....	33
4. JOGOS OLÍMPICOS NA ERA CONTEMPORÂNEA.....	38
4.1. Estado e Esporte.....	41
4.2. A comercialização e a Globalização do Esporte.....	47
5. ATLETAS INDEPENDENTES OLÍMPICOS.....	52
5.1. A constituição dos Atletas Independentes Olímpicos.....	53
5.2. Casos ocorridos de IOA.....	58
5.3. Casos não ocorridos de IOA.....	64
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	67
REFERÊNCIAS.....	69

1. INTRODUÇÃO

O esporte hoje é um fenômeno sociocultural de grande importância em diferentes sociedades, impactando no estilo de vida das pessoas, e podendo ser usufruído tanto por quem assiste e pratica, tanto por quem o ensina e organiza. É um fenômeno que proporciona várias emoções e que possui vários significados e formas de manifestação no mundo contemporâneo.

Uma destas formas de manifestação está evidenciada nos Jogos Olímpicos, palco de celebração da experiência esportiva. E embora não houvesse a prática *esportiva* na Grécia Antiga (local de origem destes jogos), e sim as provas atléticas ou de ginástica, desde este período estes jogos objetivavam a união dos vários povos e nações ao redor do mundo, numa perspectiva pacificadora, assim como, entraves políticos ocultos. Se na Antiguidade Clássica, representava as cidades-estados da Grécia, ajudando na afirmação da identidade do cidadão grego (SIGOLI e DE ROSE, 2004), nas eras Modernas e Contemporâneas, representaram estados-nações onde se oferecia um prestígio nacional e internacional para estes estados.

Desde 1992, com a presença dos atletas independentes olímpicos (IOA ¹), que competem sem uma representação nacional, se observa uma quebra desse princípio de um atleta olímpico representar uma nação. Princípio este, que era um dos objetivos do ressurgimento dos Jogos Olímpicos, idealizados e realizados pelo Barão de Coubertin, no final do século XIX (1896).

Neste contexto, este trabalho tem por objetivo analisar como a constituição e a existência dos IOA tem colaborado para a quebra de um paradigma histórico que associa, de maneira obrigatória e linear, o Olimpismo ao nacionalismo. E, a partir disso, tecer algumas reflexões acerca do esporte concebido como nação de onipresença mundial, ou como uma nação simbolicamente presente em todas as nações, ao mesmo tempo que independente delas.

¹ A sigla IOA significa Independent Olympic Athletes.

Para alcançar estes objetivos, foi utilizada uma pesquisa bibliográfica e documental, que segundo Sá-Silva et al. (2009), remete para a contribuição de diferentes autores sobre o tema e recorrer-se a materiais que ainda não receberam um tratamento analítico.

Para desenvolver este trabalho monográfico, inicialmente se propõe uma análise sobre o impacto que os Jogos Olímpicos proporcionaram para as sociedades, nos mais diferentes períodos da história, e como eles foram utilizados por instituições, estados e corporações. Assim, o terceiro capítulo analisa as rupturas e permanências dos princípios que norteavam os Jogos Olímpicos na Grécia Antiga e na Era Moderna, sublinhando-se a institucionalização dos esportes modernos no interior das escolas públicas inglesas, nos quais eram relacionados às mudanças causadas pela Revolução Industrial. Contextualiza-se o ressurgimento dos Jogos Olímpicos, influenciados pelas ideias de Barão de Coubertin, de promoção à paz e da união das nações, num evento internacional regido por princípios éticos e morais do Olimpismo (que se alicerçava no amadorismo, no fair play e no nacionalismo).

Já no capítulo 4, anuncia-se a partir da grande visibilidade internacional dos Jogos Olímpicos e o aumento da prática esportiva nos Estados no século XX, o que fomentou o uso deste evento para propaganda de regimes e governos, ao associar-se as vitórias esportivas com um bem sucedido regime ou forma de governar. Exemplos claros disso podem ser encontrados nos Jogos de 1936, da Alemanha nazista de Adolf Hitler, e no período da Guerra Fria, em que duas ideologias político-econômicas estavam oposição (socialismo e capitalismo). Devido a inúmeros acontecimentos sociais, dentre eles a queda do Muro de Berlim, a instituição de grupos de mercado (união europeia – zona do euro), os debates sobre ecologia e sustentabilidade mundial, dentre outros, constitui-se de forma crescente um processo de globalização, no qual a economia se torna global e transcende as fronteiras dos estados, opondo-se aos valores nacionalistas. Assim, as identidades globais coexistem com as identidades nacionais, e o esporte vai evidenciar esta transformação social.

O quinto capítulo apresenta as características dos atletas que participaram do grupo dos Atletas Independentes Olímpicos (1992, 2000, 2012),

como país de origem, motivo de sua vinculação, gênero, esporte que competiram, dentre outras. E também objetiva trazer apontamentos acerca dos motivos que embasaram a constituição destes grupos, ou sua não constituição (1996, 2004, 2008), pelo Comitê Olímpico Internacional, evidenciando o papel deste no cenário internacional. Encerra-se este capítulo com algumas reflexões sobre este processo, no sentido de que a delegação dos IOA é uma escolha política do COI e também que esta delegação evidencia a criação de uma nação esportiva.

2. METODOLOGIA

Dois métodos de pesquisa foram utilizados neste trabalho.

Um deles foi a pesquisa bibliográfica, que caracteriza-se por uma modalidade de estudo e análise de documentos de domínio científico, tais como livros, periódicos, enciclopédias, ensaios críticos, dicionários e artigos científicos (SÁ SILVA et al. 2009). De acordo com os autores, a principal finalidade é proporcionar aos pesquisadores um contato direto com obras, artigos ou documentos que tratem do tema de pesquisa.

A escolha da pesquisa bibliográfica se deu pela necessidade de referenciais acadêmico-científicos para o desenvolvimento do tema. Portanto, pautou-se num levantamento de obras que contemplassem o tema de pesquisa, em livros, teses, dissertações e artigos. No que concerne à busca de obras, teses e dissertações, esta foi realizada em bancos de dados das bibliotecas da Faculdade de Ciências Aplicadas e da Faculdade de Educação Física da UNICAMP, sendo que a busca de artigos foi realizada na base de dados Scielo.

Toda a pesquisa bibliográfica se baseou nas palavras chaves: Nacionalismo, Jogos Olímpicos, Olimpismo, Revolução Industrial e Esporte Moderno. Sendo que a busca dos temas Revolução Industrial e Esporte Moderno, foi realizada no período de Outubro de 2011, e os outros temas citados foram no período de Agosto a Setembro de 2012.

O trabalho também se utilizou de uma pesquisa documental, que se caracteriza pela busca de informações em documentos que não receberam nenhum tratamento científico, como relatórios, reportagens de jornais, revistas, cartas, filmes, gravações, fotografias, entre outras matérias de divulgação (OLIVEIRA, 2007). De acordo com Sá Silva et al. (2009), o objetivo da pesquisa documental é concretizar a investigação ou se constituir de um método complementar.

A busca de documentos mostrou-se necessária dado os poucos referenciais bibliográficos encontrados especificamente sobre o tema dos Atletas Independentes Olímpicos (foco deste trabalho). Assim, esta busca foi realizada em sites do Comitê Olímpico Internacional, do Comitê Olímpico Brasileiro, no *Sport*

Reference, na Universidade do Futebol, assim como nas matérias da revista Exame e no blog Surto Olímpico, no período de Outubro de 2012. Merece destaque que pouco foi obtido sobre os Atletas Independentes Olímpicos nos sites do Comitê Olímpico Internacional e do Comitê Olímpico Brasileiro, o que conduziu a busca para outros sites e fontes que abordaram o tema dos IOA.

Também foi feita uma pesquisa nos arquivos no site do jornal Folha de São Paulo (www.acervo.folha.com.br), para obterem-se informações acerca dos conflitos nacionais e internacionais entre os anos de 1996 a 2008, no período de Dezembro de 2012, objetivando contemplar as considerações feitas pela banca avaliadora do trabalho.

3. JOGOS OLÍMPICOS NA ERA MODERNA E O NACIONALISMO

São nos séculos XVIII e XIX que acontecem grandes transformações nas estruturas das civilizações modernas, em decorrência das Revoluções deste período. E o esporte, assim com os Jogos Olímpicos (um dos cenários de sua manifestação), como parte desta sociedade, também sofrerão influências destas Revoluções.

Neste contexto é que este capítulo pretende desenvolver a relação que se constitui entre Jogos Olímpicos e Nacionalismo, na Era Moderna. E para isso, primeiramente serão abordados aspectos sobre os Jogos Olímpicos na Grécia Antiga, para então esboçar-se uma análise acerca das rupturas e permanências dos princípios que regiam estes jogos neste período histórico e na Era Moderna. Acoplada a esta análise também estará o processo de institucionalização dos esportes modernos (manifestação atlética da Era Moderna nestes Jogos), que, imersos nas estruturas das sociedades industriais capitalistas, objetivava também a representação de uma identidade coletiva (uma das bases do nacionalismo). O segundo subcapítulo, irá definir e caracterizar a ideologia do nacionalismo e como ele é importante para a construção de uma nação e para a legitimação de um Estado. E o último subcapítulo, versará sobre os princípios éticos e morais que regem os Jogos Olímpicos da era Moderna, retomados por Pierre de Coubertin, que consistia no Olimpismo.

3.1. Os Jogos Olímpicos e a institucionalização do esporte

Os Jogos Olímpicos na Grécia Antiga significaram o intercâmbio cultural entre as Cidades-Estados gregas (cidades que eram independentes e com governo próprio) e eram realizados para celebrar a paz entre seus povos (GODOY, 1996). Segundo Rubio (2002), Sigoli e De Rose (2004) e Machado (2006), os Jogos Olímpicos eram realizados na cidade de Olímpia, por a mesma ser considerada como um centro político e religioso, que agregava várias cidades nas quais

reconheciam Zeus como um protetor comum (por todas as cidades que participavam da celebração), sendo que o atleta campeão dos Jogos Olímpicos passava a ser considerado o favorito de Zeus.

A competição era disputada pelos gregos de maneira harmoniosa e segundo Souza (1975), Godoy (1996) e Lancelotti (1996), ela foi responsável pela difusão cultural e religiosa em todos os povos que as habitava e assim, contribuiu para a construção de uma identidade grega. Na mesma corrente, Sigoli e De Rose (2004) explicitam que além do uso dos Jogos para a preparação militar tinham também o intuito de promover um relacionamento político e saudável entre as cidades-estados, simbolizando a paz sagrada entre elas e dando um sentido de identidade entre os povos da Grécia.

Portanto, os Jogos Olímpicos na Antiguidade atendiam a objetivos de cunho religioso, moral, pedagógico e também político, visivelmente estabelecidos pela celebração aos Deuses, pelo culto ao herói de beleza do físico, pelas vitórias nos Jogos, pelos ensinamentos de valores associados à educação, à preparação militar (por meio das práticas atléticas e de ginástica) e pela busca da paz.

Por estes Jogos terem como principais características a representatividade das Cidades-estados (pela união das mesmas numa disputa), a promoção da paz, um contexto competitivo e o caráter disciplinador e formativo das práticas atléticas, é que, na Era Moderna, estes Jogos foram retomados. No entanto, uma das rupturas foi a competição ser pautada em práticas institucionalizadas, ou seja, nos esportes modernos.

Essa denominação de esporte, na era moderna, vem do termo inglês *Sport*, à medida que as brincadeiras e práticas corporais tradicionais passaram a ser regulamentadas por regras oficiais e a serem institucionalizadas (REIS & ESCHER, 2006). Ou seja, começaram a ser praticadas da mesma forma em vários cantos do mundo, constituindo-se, de acordo com Elias e Dunning (1992), numa prática social e como tal devem ser contextualizada nas diferentes sociedades nas quais se desenvolveram numa prática social, que embora tenha um caráter universal, também carrega consigo as diferenças culturais próprias de cada sociedade.

O processo histórico de institucionalização dos Esportes Modernos, influenciado pelos princípios da Revolução Industrial, foi caracterizado pela supervalorização da relação entre a mercadoria e o dinheiro, como resultado da substituição do trabalho humano pela introdução de maquinarias, em detrimento das relações sociais (IGLÉSIAS, 1990). Hobsbawn (1977) argumenta que o modelo feudal não era mais compatível. Pois, o sistema de feudos, que era formado por um sistema econômico agrário, um sistema político de Aristocracia e de classes sociais bem estratificadas, não se encaixava na nova perspectiva econômica e no pensamento comercial de expandir negócios.

Assim, ainda pela ótica de Hobsbawn (op.cit.), a Revolução Industrial foi o acontecimento mais importante na história do mundo, desde as invenções das cidades e da agricultura, tendo seus impactos econômicos e principalmente sociais refletidos até os dias atuais. Do mesmo modo, de acordo com Câneo (1987), desde a invenção do fogo, nada trouxe tão profundas e extensas transformações na aparência física da terra e no modo de viver e trabalhar dos homens. Portanto, essa revolução econômica, política, social e, acima de tudo, científica e tecnológica (pelo pioneirismo no uso de máquinas a vapor), é caracterizada também pela mudança no pensamento das pessoas.

Para Pilatti (1999), esse pensamento foi direcionado às formas de aumentar a produção que visava o acúmulo de capital. E para Arruda (1996), o que inspirou isso foi a riqueza das nações sob a influência de uma economia livre e expansionista. A essência da Revolução Industrial foi:

Criação de uma nova sociedade em que as características do capitalismo se impõem, tais como, o progresso técnico continuado, capitais mobilizados para o lucro e a separação da classe burguesa, donas dos meios de produção, e a classe assalariada. Outras características também como: a substituição dos esforços humanos pelas máquinas, substituição das fontes animadas de energia para as inanimadas e a utilização de matérias-primas mais abundantes e variadas. (ARRUDA, op.cit, p. 26)

Tendo este contexto de transformações nas sociedades e nas estruturas políticas e econômicas na Europa no século XIX, principalmente na Inglaterra, a institucionalização dos jogos populares em esportes modernos, fizeram

com que estes jogos, de um caráter tradicional, festivo e/ou religioso, passassem a ter um caráter essencialmente competitivo (BRACHT, 2005). Movimento este que, seguiu os mesmos modos e **princípios** da nova sociedade capitalista, sendo o esporte uma metáfora do jogo capitalista (RUBIO, 2002). Princípios estes que eram balizados ou fundamentados: na urbanização das cidades, na pedagogização das práticas sociais, da organização burocrática, da competição e do rendimento, segundo os autores Elias e Dunning (1992), Sigoli e De Rose (2004), Bracht (2005), entre outros.

O **primeiro princípio** foi o da urbanização das cidades, pois com o fim do Feudalismo e do sistema econômico agrário, os camponeses que antes eram explorados na área rural, imigraram para as cidades em busca de melhores salários e de liberdade (dando-se origem ao fenômeno do êxodo rural, que foi uma consequência do processo de industrialização, de acordo com Iglésias, (1990)).

Para Dunning (1979), esse processo de urbanização levou a novos padrões e novas condições de vida, onde os jogos populares ficaram fora de uso porque não eram mais compatíveis com esta nova estrutura. Elias e Dunning (1992) ainda ressaltam que a regulamentação destes jogos populares, que segundo Scaglia (2011) foram ressignificados em esportes modernos, decorreu sobre a exigência dos membros individuais das sociedades industrializadas terem uma maior regularidade e diferenciação de comportamentos, levando ao aspecto competitivo.

O **segundo princípio**, que é aspecto característico da sociedade capitalista industrial, conforme argumentado por Bracht (2005), é a pedagogização das práticas sociais. Princípio este que, segundo Elias e Dunning (1992), caracteriza o esporte moderno como um processo civilizador, pois houve uma transformação no código de conduta e de sensibilidade pelo aumento do autocontrole, assim como também, uma grande capacidade de sublimação. Ou seja, um mecanismo de defesa emocional pelo qual, sentimentos que sejam reprovados se transformam em outros que não sejam, e uma forte regulamentação que levou a uma mudança na forma de excitação violenta para uma forma mais agradável da sociedade.

Atribuída a essa característica de processo civilizador das práticas corporais, agora denominadas de esportes, Thomas Arnold, pedagogo inglês do século XIX, implantou nas chamadas *Public Schools*, regras para as atividades e

jogos com o intuito de reduzir a violência e atribuir valores educacionais a práticas esportivas. (SIGOLI e DE ROSE, 2004). Esse “método de educação”, de acordo com Bueno (2008), serviu para fixar nos estudantes da elite inglesa valores como, religiosidade, cavalheirismo, habilidades acadêmicas, boa conduta e honestidade. Scaglia (2011) ainda complementa que, serviu acima de tudo, para discipliná-los a seguir regras.

No que diz respeito a essa regulamentação das atividades dentro das *Public Schools*, de acordo com Sigoli e De Rose (2004), a educação na elite inglesa era muito rígida, pois tinha um objetivo de formar futuros políticos, empresários e legisladores. Assim, em seus tempos livres, ou seja, no tempo em que poderiam ter uma escolha do que fazer, os estudantes praticavam atividades de caráter duvidoso como, invadir propriedades privadas, atos de vandalismo, arruaças e praticavam jogos populares de forma violenta e vulgar (ELIAS e DUNIING, 1992). Por isso, Bracht (2005) afirma que nas *Public Schools* os jogos praticados não eram percebidos como ameaças à propriedade e à ordem pública, justamente pela regulamentação das práticas e por assumirem as formas do esporte moderno, configurando-se assim, em atividades prazerosas e de formação de caráter. Essa é uma das teses que Bueno (2008) propõe: que o surgimento do esporte moderno deu-se nas *Public Schools* e se espalhou pelo resto do mundo por meio do pensamento de expansão do mercado para outros países, ou seja, pelo Imperialismo Inglês, cuja importância foi fundamental na regulamentação das práticas no processo da expansão econômica:

Essa nova concepção alimentava a ideologia mais antiga do liberalismo, visto como essencial para que não surgissem novos Bonapartes, para que os mercados de todo o mundo estivessem abertos aos produtos da Inglaterra, para que sua monarquia parlamentarista pudesse funcionar com o mínimo de tensões sociais. Mas para que tal liberdade interna e externa não levasse a excessos desorganizadores, era preciso regras claras tanto na vida político-social quanto nos esportes nascentes. (HILÁRIO, 2007, p. 27)

O **outro princípio** da estrutura capitalista relaciona-se com a organização burocrática, no qual Vilela e Neiva (2010) argumentam que as instituições, tais como, empresas privadas, administrações públicas, polícia, igreja e

clubes, estruturaram-se por meio da racionalização, e não mais por meio das tradições, apresentando-se de forma hierarquizada de acordo com a superioridade técnica, isto é, presidentes, diretores e gerentes destas instituições, objetivando garantir uma maior eficiência em suas ações, por meio de uma racionalidade verticalizada.

Neste contexto, o desenvolvimento do esporte no século XIX galgou um passo importante, pois a partir desta nova lógica estrutural que se deu, segundo Bracht (2005), a criação de clubes e federações. Criação esta que foi alimentada por meio de associativismo, para aquelas pessoas que queriam continuar praticando esportes fora do âmbito escolar e universitário (ibidem). E o surgimento de organizações voluntárias, que reúnem clubes que tinham interesse comum na prática esportiva, fez alavancar tanto os esportes já institucionalizados, como os que estavam para ser.

Também foi neste contexto que os conflitos sociais entre a burguesia e a classe trabalhadora refletiram-se, gerando assim, organizações específicas da sociedade burguesa, assim como, da classe operária. Em consequência disso, aflorou-se ainda mais a luta de classes, caracterizada por Marx e Engels (1988), como o antagonismo de interesses entre a classe dominante e a dominada, causada pelo efeito da industrialização, que aumentou as desigualdades econômicas, políticas e sociais, de maneira que surgisse o proletariado (uma classe de trabalhadores consciente e reivindicativa das condições de trabalho).

Com o crescimento dos esportes, a burguesia, que ascendeu ao poder nos processos de Parlamentarização do Estado Inglês no século XVII e na Revolução Francesa no século XVIII, (HOBSBAWN, 1977) e detentora dos meios de produção, instituiu nas fábricas as práticas esportivas regulamentadas com o propósito, segundo Gonzáles (1993) e Grifi (1989), de manter a saúde dos trabalhadores, o aumento da produção e diminuir as faltas dos mesmos. Porém, Sigoli e De Rose (2004) explicitam que essas práticas esportivas regulamentadas, atenderam às necessidades da burguesia, pois a elite utilizou-se dos princípios educativos destas práticas para desenvolver, com a classe operária, valores como disciplina, hierarquia e rendimento, além de lhes preencher o tempo livre (ocupando o espaço profícuo para as articulações sociais e políticas) (PRONI, 2000). Galeano

(1995) vai mais além, explicando que por preencher o tempo livre dos operários, os donos dos meios de produção ofereciam diversão e consolo, e também os distraíam acerca das greves ou e de reivindicações de melhores salários e de condições de trabalho, utilizando assim, as práticas esportivas como um meio de alienação para com a classe operária.

Esta utilização pela burguesia das práticas corporais dos funcionários (por meio do esporte), nas horas livres, propiciou o desenvolvimento da alienação e do rendimento. Rendimento este, segundo Marcuse (1978), que em corpo e alma tornaram-se instrumentos de trabalho alienado, pois são manipuladas as necessidades e desejos. Bracht (2005) entende o rendimento como uma afirmativa de repressão e de manipulação dos homens, por a sociedade moderna ser altamente tecnológica, industrializada e desenvolvida.

Por isso, Muller (1986, apud BRACHT, 2005) argumenta que o rendimento era resultado de um controle corpóreo do homem. Nesse sentido, o esporte constituiu-se numa cultura criada pelos padrões de comportamento da vida moderna em que ser produtivo é uma característica de corpo moderno e atlético (REPPOLD FILHO et al. 2009). Assim, o esporte praticado visava uma melhor condição física dos trabalhadores para aumentar o seu rendimento nas indústrias, e assim, produzir mais, gerando mais capital.

Acompanhando o princípio do rendimento, conseqüentemente vem o princípio da competição, à medida que aumentava o número de instituições que organizavam as práticas esportivas e também aquelas que promoviam competições a nível regional ou nacional (BRACHT, 2005). O esporte desenvolveu corpos habilidosos e resistentes para o trabalho, no caso da classe operária, ou para um corpo saudável, obtendo valores educacionais e a formação de caráter no caso das classes burguesas. A competição, portanto, está acoplada ao conceito de esporte, pois aquele que o pratica tem como ideal vencer outro competidor ou superar seus próprios limites (CAMINHA, 2003).

Por meio do poder da abrangência que o esporte alcançou nas sociedades industriais, os órgãos governamentais, no século XX, passaram a fazer uso das estruturas esportivas, de modo a estatizar as entidades de esportes (SIGOLI e DE ROSE, 2004). Por conta disso, Elias e Dunning (1992) explicam que

esta estatização, trouxe um sentimento de patriotismo e de representação nacional, principalmente quando havia competições internacionais. Do mesmo modo, os mesmos autores argumentam também que, é provável que o caráter de oposição inerente ao esporte entre duas ou mais equipes, dois ou mais indivíduos, explique a sua proeminência como um foco de identidade coletiva. O próprio esporte proporciona identificação de grupo, mais precisamente a formação da ideia de pertencer a um grupo.

Há uma série de questões ligadas ao processo de institucionalização da vida social moderna que merecem ser discutidas na perspectiva específica do esporte:

Várias têm sido as necessidades aludidas para explicar o surgimento da instituição esportiva. As mais citadas são: satisfação da propensão ao jogo, nesse caso o esporte é considerado um jogo institucionalizado; o esporte teria uma função biológica, satisfaria uma necessidade natural de movimento, necessária para a manutenção da integridade biológica do homem; o esporte seria uma espécie de culto ritualizado; o esporte seria uma forma de canalizar o comportamento agressivo para uma atividade socialmente aceitável; o esporte permitiria uma identificação com um coletivo, com uma nação, satisfaria portanto a necessidade de pertencimento a um coletivo; o esporte seria uma ocupação do tempo livre que surge com a delimitação clara entre tempo e trabalho e de não-trabalho. (BRACHT, 2005, p. 104,105)

Elias e Dunning (1992), concluem que, há três aspectos relacionados à moderna configuração social que ampliaram o significado do esporte. Um deles é o desenvolvimento do esporte como uma criação de excitação agradável, a transformação do esporte, como um dos principais meios de identificação coletiva e a emergência do esporte como uma fonte decisiva no sentido na vida das pessoas.

Abre-se, portanto, um precedente da utilização dos esportes como um instrumento para reforçar e legitimar a ideologia do nacionalismo, para a formação de uma nação e legitimar um Estado recém-criado, nas bases do capitalismo. Entretanto, o esporte não pode justificar por si só as ideologias nacionalistas.

3.2. Nacionalismo e Esporte

A ideologia do nacionalismo foi construída no século XVIII, advinda da Revolução Francesa em 1789 e fortificada pelas Revoluções de 1848 (chamadas de Revoluções democráticas), nas quais se deu o processo de Unificação da Alemanha e Itália e, pela Revolução Industrial no século XIX.

Castanho (1993) discorre acerca do nascimento do nacionalismo, no início do século XIX, como uma continuação do movimento democrático, o qual, tendo conseguido a eliminação de privilégios das classes dominantes do sistema feudal, afirma a nação contra o mundo exterior. Assim, a ideologia do nacionalismo trabalha com o conceito de nação, tipicamente moderno e elaborado em conjunto com o conceito de Estado nacional, em que a doutrina deste Estado, construída após a ruína do feudalismo, precisava encontrar uma base humana, já que a física, o território, estava em disputa. Portanto encontrou-se a nação (CASTANHO, 1993).

A nação é caracterizada como uma entidade política e também é responsável pela produção de sentidos e pelas criações de valores culturais, pois é ela que determina o homem, seu pensamento e seu sentimento onde os cidadãos participam da ideia de nação, sendo representada na cultura nacional, de acordo com Kohn (1963). Por isso, a nação é uma comunidade simbólica e é isso que explica seu poder para gerar um sentimento de identidade e lealdade (HALL, 2006).

O outro conceito acoplado ao do nacionalismo é o de Estado, em que Bresser-Pereira (1995), argumenta ser uma estrutura organizacional e política, fruto de um contrato social ou de um pacto político, que garante legitimidade ao governo. Ou seja, é o aparelho com capacidade de legislar e tributar sobre a população de um determinado território (BRESSER-PEREIRA, 1995).

A articulação entre o Estado e a nação tem sido frequentemente designada pela expressão Estado-nação, reforçando assim a ideia de uma organização tendencialmente isomórfica de território, etnia, governo e identidade nacional (AFONSO, 2001). No entanto, para Bresser-Pereira (1995) o conceito de Estado-nação ou o conceito de país significa ser, segundo o mesmo autor, uma

entidade política soberana constituída por uma população que habita certo território. São exemplos de Estados-nações: Portugal, Japão e Islândia, pois são territórios delimitado por fronteiras e constituído de uma população homogênea. E um exemplo contrário a este conceito seria a Palestina e os Curdos, pois no primeiro exemplo, é uma nação determinada por um território, porém não reconhecida como Estado e o outro é uma nação, sem um território definido.

Hobsbawn (2007) sublinha que o nacionalismo veio por meio da criação de estados-nações na Europa, nos quais as afirmações de nacionalidades rivais uniram-se num Estado independente contra os governos opressores. Sendo que, Bonifácio (1998), argumenta que, em relação à Europa Ocidental e Oriental, tratava-se de estados multiétnicos que se opuseram aos estados centrais.

Assim, a exaltação dos valores e interesses considerados nacionais, de acordo com Vara Branco (2009), durante a Revolução Francesa, presidiu às sucessivas revoluções e insurreições que conduziram à independência de vários povos dominados. Portanto ocorreu uma associação de um território à soberania política de um estado independente, constituindo esta época no momento superior da identificação do estado com a nação e o território. (PEARSON, 1994).

Nas palavras de Hobsbawn (2007, p.127), na era das construções das nações acreditava-se que o nacionalismo implicava à lógica necessária, assim como a desejada transformação de nações em estados-nações soberanas com um território coerente, definido pela área ocupada pelos membros da nação, que por sua vez era definida por sua história, cultura comum, composição étnica e, com crescente importância, a língua. A vinculação a nação ao território, mostrou que a caracterizava não era a etnicidade, a língua ou o vínculo coletivo e sim o fato de representar o interesse comum contra os interesses particulares e o bem comum contra o privilégio (HOBSBAWN, 1990).

Portanto, segundo Kohn (1963), o nacionalismo no mundo ocidental foi em seu início, no século XVIII e talvez até 1848, um movimento de emancipação do mundo fechado do passado e uma promessa de um futuro aberto, na qual a tolerância e o liberalismo se integravam em várias formas.

Porém, Geary, (2005), enfoca que o processo específico pelo qual o nacionalismo emergiu como uma forte ideologia política variou de acordo com a região, tanto na Europa como em outras partes do mundo. Porque em regiões deficientes de organização política como na Alemanha, o nacionalismo estabeleceu uma ideologia com o fim de criar e intensificar o poder do Estado. Já em Estados fortes, como França e Grã-Bretanha, os governos aboliram impiedosamente línguas minoritárias, tradições culturais e memórias provenientes do passado, supervalorizando a relação a uma história nacional unificada, com línguas e culturas homogêneas. Portanto, a existência de um Estado surge como legitimação internacional da identidade de uma nação e que a aceitação do nacionalismo concede-se força nas transformações políticas e econômicas registradas na Revolução Francesa, precisamente quando a burguesia conseguiu alcançar o poder.

A partir dessa constatação, Almeida (1990) conceitua o nacionalismo como uma apropriação da ideologia nacional – estrutura ideológica fundamental do capitalismo, ligada à legitimidade do tipo burguês de Estado – por uma ou mais classes que questionam a forma de legitimidade de um Estado burguês já constituído. Da mesma maneira, Habermas (1990), citado por Castanho (1993), explícita que a nação legitima o Estado burguês em dois momentos:

- No primeiro, quando o Estado estava em formação, ele era tranquilo, pacífico e convivente com as diversidades culturais, porém tendo uma mesma unidade linguística;
- E num segundo momento, quando o movimento operário passa a representar uma ameaça à integridade do Estado, quando reivindica melhores condições de vida e de trabalho, opondo-se a elite burguesa.

Contudo, Gellner (1993) distinguiu o nacionalismo, como fenômeno cultural, social e político de adaptação às condições da sociedade industrial, de ideologia nacionalista. O mesmo autor salienta que o nacionalismo é um fenômeno moderno produtor da nação, e não consequência desta. Argumenta ainda que aquele fenômeno, sendo mais do que um Estado afetivo pacífico ou neutro, implica a reivindicação de um Estado protetor de toda a nação, garantindo sua independência e segurança, e coincidente com os limites dela. Não abordando o nacionalismo

como ideologia, Gellner (op.cit), ainda caracteriza o fenômeno como um princípio político, que defende a relação entre a unidade nacional e a unidade política.

Smith (1991) sublinha que o nacionalismo da época moderna é forçosamente uma reinterpretação ideológica da nação e não do Estado, sendo que o nacionalismo é uma forma de cultura e a nação um tipo de identidade, indo buscar as raízes profundas nos traços e sinais deixados pelas etnias antigas. Em suma, apenas não pode haver nacionalismo sem nação, como o primeiro (nacionalismo) pode ser importante para construir o segundo (nação) (ALMEIDA, 1990).

As identidades nacionais representadas pelas nações oferecem, portanto, a condição de membro de um estado-nação e uma identificação com a cultura nacional. Porém quando não há essa identificação étnica de um grupo ou classe com uma cultura nacional, desencadeia conflitos, assim, nas palavras de Geary (2005, p.14):

Os povos habitam regiões onde vivem outras minorias étnicas, e muitos grupos desses povos vivem como minorias em regiões dominadas por outros. Como consequência, as reivindicações pela autonomia política com base na identidade étnica proporcionarão, inevitavelmente, disputas nas fronteiras, supressão dos direitos das minorias e conflitos civis, já que cada grupo promove a abominável ação da "limpeza étnica", a fim de garantir um estado territorial etnicamente homogêneo.

Por isso, Gellner (1993), afirma que as fronteiras étnicas não se devem sobrepôr às fronteiras políticas e nem devem separar os possuidores do poder de um determinado estado das restantes populações. Pois, senão, segundo o mesmo autor, ao invés do Estado nacional tratar todos os cidadãos como sendo membros iguais da nação, só serviria para disfarçar a tirania de um grupo para o outro. Nesta perspectiva que Hobsbawm (2007) denomina de paradoxo do nacionalismo, em que ao formar a própria nação, automaticamente criava contra nacionalismos para aqueles que, a partir de então, eram forçados à escolha entre a assimilação ou inferioridade. Porquanto, os conflitos de interesses entre minorias e classes majoritárias levaram a contextualização desta época caracterizada pela formação de Estados nacionais:

Os novos estados respondem à necessidade de autoestima e de reconhecimento internacional, e tendem a exercer sobre as minorias

nacionais o mesmo tipo de opressão de que se emanciparam. Em jeito de conclusão, sublinhamos que o nacionalismo é uma identidade formal suficientemente poderosa para poder unir lealdades preexistentes: mito de origem comum, raça, língua, religião e território. Todavia, se a raça, a língua, a religião e o território podem fortalecer a consciência de nacionalidade, o mito de origem comum é indispensável: nenhum grupo linguístico ou cívico pode desenvolver o fenómeno de nacionalismo. Assim, o sentimento nacional é um estado de espírito, resultante do meio social, da educação e cultura. (VARA BRANCO, 2009, p.4-5)

Houve então uma redução do significado do nacionalismo, pois segundo Kohn (1963), o significado do mesmo, na Europa Ocidental e na América do Norte, era a emancipação de todos os povos e grupos, como membros iguais de um estado comum. E conforme o nacionalismo ia se difundindo para outras partes da Europa, reduziu-se a um instrumento de domínio de uma nacionalidade sobre as outras, considerada como não pertencentes à nacionalidade proprietária do Estado.

Logo, o nacionalismo tornou-se a exigência autocentrada pela emancipação própria e não a promessa de uma emancipação universal. De modo que, as nações no mundo moderno não são mais unificadas devido a uma mesma, possuir várias características culturais, linguísticas, costumes, religiões e sentimentos de “lugar” de um mesmo povo. Assim, Hall (2006), argumenta que as nações modernas são, todas, híbridos culturais, pois hoje, não existe uma nação qualquer que seja composta apenas de um povo, etnia e cultura. E Geary (2005) conclui que o nacionalismo étnico é uma pseudociência que destruiu a Europa por duas vezes, fazendo uma referência as duas Grandes Guerras Mundiais no século XX e criticando a delimitação de estados novos a partir do etnocentrismo que, unido a uma língua oficial, estabeleciam elementos essenciais que formam uma nação, tais como a língua, território, e uma cultura distanciada do passado.

Essa opressão para com as minorias étnicas, localizadas nos mesmos Estados delimitados por fronteiras, era ausente no período que antecedeu a Revolução Industrial, pois na sociedade feudal, as diferenças culturais eram comuns para com os diferentes estamentos sociais. Portanto, conforme Vara Branco (2009), essas culturas não tentavam expandir e nem dominar como forma de engrandecer algum aspecto político, e por isso havia uma separação da cultura com a política. Logo, o nacionalismo é considerado como uma ideologia moderna, pois segundo Gellner (1993), uni a cultura com a política, advindo por um sistema educacional universal que só surgiu com a transformação da divisão do trabalho e

dos processos produtivos e cognitivos. Sendo este a essência do nacionalismo, transferindo do foco da identificação do homem para uma cultura mediada pela alfabetização e um sistema educativo formal e extenso. Ou seja, não é a língua materna que importa e sim a língua que é aprendida nas instituições de ensino do mundo moderno (que representam e são regulamentadas pelo Estado).

Sendo assim, estas instituições educacionais tornaram-se o lócus da criação de estados-nações, tanto com a imposição da ideologia nacionalista como, de forma mais sutil, com a disseminação e o uso da língua nacional, na qual estava implícita essa ideologia, formando as unidades culturais e linguísticas (GEARY, 2005). Da mesma maneira, Hobsbawn (2007) explicita que nas instituições de ensino o objetivo não era apenas o de transmitir as primeiras noções da língua ou a aritmética, mas talvez mais do que isso, impor os valores da sociedade, tais como, moral e patriotismo, onde o elemento político e ideológico era evidente no processo de construção da língua de uma nação, pois ela não era à base da consciência nacional, mas sim um artefato cultural (HOBSBAWN, 1990).

É por isso que Hobsbawn (1990) e Gellner (1993) definem que o nacionalismo é a consciência de uma nova forma de organização social estandardizada, com base num elevado nível ou grau de instrução civil, dependente da educação e protegida pelo próprio Estado. Hobsbawn (1990) vai mais além, ao preferir o termo patriotismo a nacionalismo, pois o patriotismo caracteriza a lealdade e a identificação do cidadão com o Estado porque a nação é a escolha de uma cidadania com base na ideia do povo soberano, ou seja, o conceito de nação associasse-se mais ao conceito de Estado e de patriotismo do que com o conceito de nacionalismo.

Assim, pode-se compreender a importância das instituições de ensino, tanto escolas como universidades, pois com a escolha e o aprendizado de uma língua oficial, faz com que ela torna-se um dos elementos construtivos da formação de um Estado nacional no mesmo período onde se formavam as nações. Da mesma maneira, a linguagem era importante para definir uma identidade nas sociedades modernas:

Nas sociedades primitivas ou tradicionais, o relacionamento social assegurava uma comunicação efetiva e também definia a identidade de seus membros. Já nas sociedades modernas, os relacionamentos sociais eram nada mais do que “encontros” e por isso tornava fundamental um meio de comunicação, como a linguagem, para obter uma coesão social e os homens serem definidos por suas culturas próprias para ter uma identidade, já que o conjunto estável de relacionamentos sociais não existia mais. Portanto, para ter a língua como um meio de comunicação em massa, havia de ter uma alfabetização em grande escala das sociedades. (GELLNER, 1993, p.10)

O mesmo autor argumenta ainda que, no mesmo período, na sociedade industrial, igualitária com uma forte e anônima rotatividade social, tinha sistemas educativos construídos para manter uma homogeneidade cultural do meio linguístico, sendo que, o objetivo da cultura, naquela época (no século XIX), era uniformizar as diferenças estruturais da sociedade em oposição às sociedades agrárias, nas quais a cultura era para aumentar, reforçar e promover as diferenças estruturais. Castanho (1993), explícita que a unificação de uma língua oficial era um dos objetivos da industrialização das sociedades, a expansão comercial, fazendo com o que, tornavam-se um elemento facilitador da troca de produtos no mesmo Estado. Portanto, a cultura nacional tornou-se uma característica-chave da industrialização e um dispositivo da modernidade ao generalizar uma língua vernácula, criar uma cultura homogênea e manter um sistema educacional nacional (HALL, 2006).

É no contexto das crescentes criações de Estados nos séculos XVIII e XIX decorrido de revoluções desta época, com o fenômeno do êxodo rural, as imigrações, causadas pela industrialização e urbanização e o agrupamento de etnias diversificadas dentro de estados delimitados por fronteiras com o poder na mão de uma etnia majoritária, que se alavancou o uso do nacionalismo como ideologia política por esses estados, a fim de criar, com a formação de uma nação, uma identidade coletiva e um sentimento de pertencimento a um grupo nacional.

Portanto, o nacionalismo é uma ideologia política fundamental para a criação de uma nação, em que esta representa uma identidade coletiva entre pessoas de determinados Estados, pois une aspectos comuns, como a etnia, língua, cultura e entre outros (conforme já exposto anteriormente). Também serve como uma legitimação de um Estado, por esta ideologia ser utilizada pelos mesmos, para a construção de uma identidade nacional, a partir da aprendizagem de uma língua

oficial nas instituições de ensino e por isso facilitar a expansão econômica do qual era o pensamento da elite burguesa.

De acordo com Giulianotti (2002), foi o crescimento dos meios de comunicação em massa, as melhorias na infraestrutura dos transportes e a criação de um programa nacional de educação que também serviram para suscitar sentimentos unitários de identidade nacional. Porém, havia outro fator que também era baseado nas sociedades modernas e que foram institucionalizados no interior das *Publics Schools* inglesas como a língua oficial, os **esportes modernos**. Eles vão simbolizar a unidade dos Estados multinacionais e reforçar o sentimento de pertencimento a uma unidade (HOBBSAWN, 1990). Ou seja, reforçam uma identidade nacional a partir das rivalidades amistosas entre as nações nas competições esportivas pela institucionalização das mesmas, onde se via bandeiras nacionais tremulando e cantoria de hinos nacionais para a produção de uma história oficial da nação (GIULIANOTTI, 2002).

Os esportes também promoviam de certa forma, uma válvula de escape para as tensões grupais, que seriam destruídas ou diluídas, por meio de sua vivência controlada nas disputas das provas esportivas (que poderiam vir a simbolizar as guerras). É nesta época que competições esportivas foram criadas e recriadas, tal como os Jogos Olímpicos, onde se representavam os Estados-nações num evento que promovia a paz e um sentimento de convivência social entre estes Estados. E afim de coibir atitudes extremas e exageradas nos Jogos, foi constituído o Olimpismo, que era sustentado por princípios éticos e morais, idealizados por Barão de Coubetin.

3.3. O Olimpismo moderno de Pierre de Coubertin

No final do século XIX e no começo do século XX, devido ao grande número de guerras que assolava a Europa, havia no continente um movimento para criar uma organização de cunho internacionalista para que promovesse a paz

resolvendo os conflitos apenas pelo uso da razão e das leis e não pelo uso das armas (RUBIO, 2009). A partir disso, uma competição esportiva internacional representava um tipo de disputa sem o uso da violência física explícita e com uma forma racionalizada de amenizar conflitos.

Com a institucionalização dos esportes modernos dentro de escolas aristocráticas na Inglaterra, utilizando de preceitos pedagógicos e filosóficos como a transformação de uma conduta aceitável dos jovens e a formação de valores (conforme exposto anteriormente), renasce o Movimento Olímpico a fim de universalizar os esportes institucionalizados, baseados no modelo dos Jogos Olímpicos da Antiguidade (RUBIO, 2002).

Foi então que Pierre de Freddy, mais conhecido como Barão de Coubertin, pedagogo aristocrata francês que tinha como um objetivo implantar uma teoria pedagógica do esporte nas escolas francesas, se encarregou de restaurar os Jogos Olímpicos na Era Moderna. E o fez nos mesmos moldes da educação grega que salientava a formação global do homem, aliando o conhecimento de filosofia, de gramática e de música, à prática de exercícios ginásticos e atividades atléticas (SOUZA, 1975), mas num contexto social diferenciado.

Como consequência da implementação do esporte nas escolas inglesas, de acordo com Godoy (1996) e Rubio (2002 e 2009), Coubertin, restaurou os Jogos Olímpicos, anunciando-o oficialmente no congresso esportivo que ocorreu na Universidade de Sorbonne, em 1894. No mesmo congresso, para fomentar a ideia de realizar e organizar os Jogos Olímpicos modernos, foi formado o Comitê Olímpico Internacional por representações nacionais, sendo este também responsável pela institucionalização das formas disputas das modalidades e das participações de atletas. Atletas estes que atuavam como representantes nacionais, sendo também embaixadores dos ideais olímpicos em seu respectivo país (RUBIO, 2009).

De acordo com Tavares (1999), os Jogos Olímpicos eram para seu reinventor a institucionalização de uma concepção de práticas de atividades físicas que transformava o esporte num empreendimento educativo, moral e social, produzindo assim, consequências nos indivíduos, nas sociedades e nas nações.

Sigoli e De Rose (2004) sinalizam que, para que os Jogos Olímpicos pudessem acontecer de acordo com os preceitos filosóficos, pedagógicos e pacíficos de Coubertin, foi idealizado por ele princípios fundamentais denominados de ideário olímpico ou Olimpismo, aos quais todos os participantes dos Jogos estariam sujeitos. Sendo assim, o Olimpismo é apresentado pela Carta Olímpica, em 1896, como uma filosofia de vida que exalta e combina em equilíbrio as qualidades do corpo, espírito e mente, unindo esporte, cultura e educação. Visa criar um estilo de vida baseado no prazer encontrado no esforço, no valor educacional do bom exemplo e no respeito aos princípios éticos fundamentais universais (RUBIO, 2009). Os objetivos do Olimpismo, segundo Binder (2001) e Reppold Filho et. al. (2009), em suma eram:

- Promover o desenvolvimento das qualidades físicas e morais;
- Educar a juventude através do espírito esportivo para obter uma melhor amizade entre os povos, ou seja, a pacificação entre os Estados como o exemplo da Grécia Antiga;
- Espalhar o princípio olímpico pelo mundo e unir os atletas do mundo a cada quatro anos em um grande festival esportivo, os Jogos Olímpicos.

Rubio (2009) salienta que, o Olimpismo não se refere somente a uma competição esportiva, e sim, a princípios éticos, educativos e morais que norteavam a prática. Assim, a amizade e a fraternidade foram consideradas o coração do Olimpismo. São elas que levam à convivência social, entendimento, à amizade e à compreensão, independentemente da nacionalidade de cada atleta. Assim, o Olimpismo se apresenta como uma linguagem de reconhecimento universal, buscando a paz e o reconhecimento de igualdade entre os povos. (RUBIO, 2009). Carvalho e Constantino (1986), afirma que a amizade e o fraternalismo garantiram o progressivo sucesso dos Jogos na era moderna, além do grande número de atletas participando de várias nacionalidades.

Dois pontos eram os principais focos do Olimpismo na era moderna. **O primeiro** deles era o amadorismo em oposição ao profissionalismo, pois Barão de Coubertin era um aristocrata francês e defendia o amadorismo, de acordo com Rubio (2002), por ter receio de perder o controle da prática esportiva das mãos

dos aristocratas e burgueses no final do século XIX. Assim, os participantes que recebiam algum tipo de benefício para praticar esportes eram proibidos de participar, sendo dada a permissão apenas àqueles que utilizavam o esporte como atividade do tempo livre (RUBIO, 2002). Ou seja, era claro que os Jogos Olímpicos, e de certa forma as práticas esportivas, tinham que ser afastadas das classes trabalhadoras, ficando a formação pedagógica e moral a partir da prática esportiva, ofertada apenas para a elite (CUNHA, 2012).

O segundo ponto chave era o *fair play*, presumindo uma formação ética e moral daquele que pratica, relacionando-se também com outros atletas na competição (RUBIO, 2002 e 2009). Ou seja, o atleta não podia usar outros meios, a não ser sua própria capacidade física e intelectual, para vencer. Esse princípio do *fair play* foi influenciado pelas práticas esportivas nas escolas inglesas que formavam estudantes cavalheiros. Para afirmar o espírito olímpico, por meio do *fair play*, foi criado o juramento olímpico, realizado sempre no começo da competição e lido por um atleta do país anfitrião:

Em nome de todos os competidores, eu prometo participar nestes Jogos Olímpicos, respeitando e cumprindo com as normas que o regem, no verdadeiro espírito esportivo, pela glória do esporte e honra às nossas equipes. (RUBIO, 2009, p.13)

Por enaltecer o princípio do respeito mútuo entre todos os atletas, de vários grupos sociais, assim como a fraternidade entre eles; e pelo esporte representar uma linguagem universal, Barão de Coubertin acreditava que os Jogos Olímpicos (por meio do Olimpismo) promoveriam um entendimento intercultural entre os povos. Assim, denominou-se uma característica do ideário olímpico, o Multiculturalismo.

De acordo com Reppold Filho et al. (2009), a política do multiculturalismo organiza-se num ponto de inflexão entre a integração, na qual um grupo minoritário adapta-se a um outro majoritário culturalmente; e politicamente e, a assimilação em que ocorre a absorção de uma minoria étnica e das culturas de imigrantes na vida de uma sociedade anfitriã. Portanto, envolve uma aculturação e uma perda gradual de uma cultura de origem em favor daquela que domina.

Rubio (2009) caracteriza o multiculturalismo como conjunto de diferentes manifestações culturais e a convivência com muitas formas de cultura. Seu foco é o respeito e a valorização das diferenças, negação do racismo ou de qualquer forma de preconceito ou discriminação.

E este favorecimento do multiculturalismo e da integração entre os povos dos diferentes continentes, é representado pela bandeira olímpica, que foi criada em 1913 com a ideia de representar todos os povos do mundo com anéis coloridos, significando os cinco continentes: o azul refere-se à Europa, o amarelo a Ásia, o preto a África, o verde a Oceania e o vermelho à América.

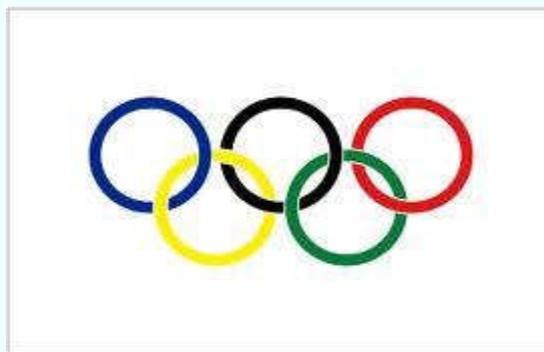


Figura 1 – A bandeira Olímpica.

Fonte: <http://www.flags.net/OLYM.htm> acessado em 05 nov. 2012.

Assim, percebe-se que a estratégia de criar uma política internacionalista junto ao Olimpismo, fez com que os Jogos Olímpicos se transformassem numa instituição global, pois o Olimpismo era entendido como uma estimulação a compreensão internacional, como o desempenho de relações de respeito e tolerância interpessoal entre os atletas. Portanto, o esporte, com esses ideais filosóficos, geram uma cordialidade, inclusão e a paz entre pessoas de diferentes países. Isso se relaciona à construção do indivíduo pautada na sua subjetividade, ou seja, naquilo que há de mais específico e particular em sua vida influenciada pelo grupo social ao qual o indivíduo pertence, sendo assim, formando identidades culturais em diferentes países (RUBIO, 2009).

Foi a partir do multiculturalismo que o Olimpismo demonstrou preocupações com as questões do patriotismo e nacionalismo. Pois com o entusiasmo em mostrar elementos simbólicos da pátria, de acordo com Sigoli e De Rose (2004), tais como, bandeiras e hinos, transformaram a honra aos Deuses e heróis na Grécia Antiga para a exaltação da pátria, da raça e da bandeira nos Jogos Olímpicos modernos (CUNHA, 2012). A ideia de que o pensamento patriótico não poderia tomar conta dos Jogos, podendo gerar atitudes xenófobas e preconceituosas, fez com que os Jogos Olímpicos deixassem de ser um momento de confraternização em que essas atitudes não transcendessem (RUBIO, 2009).

4. JOGOS OLÍMPICOS NA ERA CONTEMPORÂNEA

Nas Olimpíadas não há lugar para fraternidade, porque fraternidade significa todo mundo junto brincando de roda e nos Jogos Olímpicos não há cantigas de roda, pois no pódio só cabem três (CUNHA, 2012). Esta provocação do autor anuncia a quebra de alguns princípios olímpicos na contemporaneidade, mesmo que, segundo Sigoli e De Rose (2004), o Barão de Coubertin afirmasse que o movimento olímpico e o Comitê Olímpico Internacional eram instituições apolíticas e independentes que visavam promover o esporte pelo mundo. Como seres sociais, é impossível haver imparcialidade ou o COI ser uma instituição apolítica, pois ele realiza escolhas, que são políticas, e que têm ações de impacto local e internacional. Exemplos destas escolhas, segundo Simson e Jennings (1992), são as negociações com as mídias televisivas e com patrocinadores para as edições dos Jogos Olímpicos.

Contudo, os objetivos propostos pelo Olimpismo tiveram outros interesses por aqueles países que participavam dos Jogos:

As nobres ideias de Coubertin foram utilizadas para objetivos outros aqueles previstos pela carta olímpica. Os estados passaram a usufruir os valores do esporte em benefício próprio na disputa por prestígio internacional para seus respectivos regimes políticos. Desde então, os Jogos Olímpicos não representam apenas a confraternização entre povos ou a busca de um melhor desenvolvimento humano, mas também a disputa de interesses políticos e econômicos de estados e corporações. (SIGOLI e DE ROSE, 2004, p.115)

Percebe-se, então, a mudança de valores e objetivos que se deu nos Jogos Olímpicos de um encontro confraternizado e amigável, unindo os povos e promovendo a paz para disputas de cunho nacionalistas entre países que buscavam prestígio internacional, visando suas expansões políticas e econômicas. Por isso, Salvador (2004, apud por Rubio, 2010), explicita que o esporte olímpico no século XIX e XX era uma manifestação dos nacionalismos europeus, dando um caráter de exposição mundial de afirmações de nações nas realizações destes eventos.

Cunha (2012) salienta que o Olimpismo é um contra poder ao poder das taras dominantes, como foco irradiador de um mundo novo, que tente erradicar da face da Terra um individualismo sinônimo do mais insensível egoísmo.

O Olimpismo, portanto, é uma forma de manter, de forma organizada, a realização dos Jogos Olímpicos no século XX, a partir de princípios éticos, norteados pela participação de atletas olímpicos representando países e tentando coibir atitudes e ações que podiam prejudicar a realização do mesmo. Porém, o Olimpismo parecia não considerar ou propositalmente ignorar os contextos nas quais as sociedades contemporâneas se encontravam, permitindo assim o uso político dos Jogos Olímpicos por Estados-nações que buscavam prestígios nacionais e internacionais, devido a grande visibilidade no âmbito internacional que tomou conta dos Jogos Olímpicos no decorrer do século XX.

Nesta perspectiva, alguns Estados como a Alemanha de Hitler em 1936 e a União Soviética e os Estados Unidos, no período de 1952 a 1988 da Guerra Fria, utilizaram edições dos Jogos Olímpicos para demonstrarem o poder de suas nacionalidades e ideologias (respectivamente nazismo, e a disputa capitalismo e socialismo), buscando uma hegemonia por meio das conquistas de medalhas olímpicas.

Com o fim do dualismo da Guerra Fria, dentre outros fatores, surge um novo processo econômico mundial que ultrapassa as fronteiras dos Estados nacionais, a Globalização. Este processo faz coexistir as identidades ditas nacionais em conjunto com as identidades globais, caracterizando uma pluri identidade, e sacramentando o esporte como espetáculo mundial, tornando os Jogos Olímpicos um evento de uma indústria de consumo muito lucrativa para as corporações transnacionais.

Estes fatores trazem a reflexão acerca da desestruturação dos pilares do Olimpismo, do amadorismo e do fair play, idealizados por Barão de Coubertin.

4.1. Estado e o Esporte

Em decorrência do ressurgimento dos Jogos Olímpicos na era moderna e da criação de seus princípios e objetivos por Coubertin, o Olimpismo e o esporte foram rapidamente utilizados como instrumentos político estatal. Segundo Bracht (2005), o esporte, instituição específica, própria e relativamente autônoma, teve no movimento olímpico seu principal propulsor para a internacionalização e para a vinculação deste com o conceito de nação, o que inevitavelmente conduz à politização do esporte.

Como consequência desta vinculação, o rendimento esportivo, baseado nas medalhas e recordes, passou a simbolizar também o poder da nação (BRACHT, 2005). Por isso, atraiu o interesse do poder público e dos governos para o setor esportivo e para a melhoria do desempenho de suas representações esportivas. Assim, o autor ainda argumenta que a utilização do esporte pelo Estado é devido ao fato de que este primeiro é facilmente manipulado politicamente pelo poder institucionalizado, pois suas características são suscetíveis a isso, como por exemplo:

- A fácil compreensão de regras, sendo portador de uma linguagem simples e por isso sua utilização pelo Estado para diminuir o elemento de tensão social;
- Oferece a população a possibilidade de identificação com o “coletivo” e com as aspirações patrióticas, dando sentido a união nacional;
- É um elemento alienador que permite ao espectador a compensação para as tensões e aflições da vida cotidiana;
- A apropriação do atleta como representante do sistema, e assim, fornece um prestígio político;
- Pelo esporte ser o reflexo da concepção de valores existentes na sociedade que está inserido e assim obter uma neutralidade interna, obtendo um direcionamento político fora de seu contexto.

Já Meynaud (1972) argumenta que a intervenção do Estado no esporte se dá pelos motivos da manutenção da ordem pública, aspiração pública pela melhoria da condição física da população e pela afirmação do prestígio nacional. Riordan (1986), por outra perspectiva, concebe que os motivos são constituídos pela construção da nação, integração, defesa, higiene e saúde, política social e reconhecimento internacional.

Mas de acordo com Houlihan (2001), os Estados se envolvem com esporte pelas seguintes razões:

- Controle e seleção das práticas esportivas e do passatempo da população;
- Saúde e lazer;
- Integração social;
- Preparação para o serviço militar;
- Desenvolvimento econômico;
- e o prestígio internacional.

Percebe-se que todos esses autores, ao salientarem os motivos do uso do esporte pelo Estado, de algum modo convergem para a obtenção de um prestígio nacional, assim como internacional, e para a representação de uma identidade coletiva (a partir da integração social obtida com a prática esportiva). Nesse sentido, o esporte oferece um prestígio tanto nacional como internacional para o Estado:

No contexto dos Estados-nações pacificado no plano interno, ou seja, em sociedades em que o Estado estabeleceu um monopólio efetivo sobre o direito de usar a força física, o esporte proporcionou a única ocasião em que unidades sociais complexas e impessoais, como as cidades, pudessem unir-se. Da mesma forma, só que em nível internacional, os Jogos Olímpicos proporcionam as únicas ocasiões, em tempo de paz, durante as quais as nações inteiras podem unir-se com regularidade e de forma visível. (ELIAS e DUNNING, 1992, p. 324-325)

Contudo, nos dizeres de Bueno (2008), há também casos do desprestígio internacional, quando a comunidade internacional, tal como a Organizações das Nações Unidas (ONU), proíbe a participação em Jogos Olímpicos de determinado Estado por repúdio ao regime ou às ações deste governo. Isso

ocorreu no caso da África do Sul, banida da comunidade esportiva internacional nas décadas de 1980 e 1990, devido ao regime de Apartheid; e também no caso da Iugoslávia, proibida de participar das Olimpíadas de 1992, em Barcelona, pelo genocídio que seu governo estava praticando sobre as nações croata, bósnia e eslovena.

Com o usufruir do Estado perante o esporte, para afirmações nacionais e internacionais de seu regime, impactou-se também em outra ideologia política, o nacionalismo. Pois, segundo Hobsbawn (1990), a ideologia do nacionalismo sofre uma mutação de um conceito relacionado ao liberalismo e à esquerda para um movimento de direita, chauvinista, imperialista e xenófobo. Assim, o mesmo Hobsbawn (1990) aponta que o nacionalismo no final do século XIX e começo do XX, tinha três aspectos que o diferenciava do nacionalismo liberal que mudou o mapa político da Europa, no decorrer dos séculos XVIII e XIX:

- O primeiro deles era que abandonava o princípio de que uma nação buscava o direito de ter um estado independente soberano em um determinado território;
- O segundo é que o aspecto etnolinguístico, pelo surgimento de nações denominadas não históricas e pela crescente migração geográfica, tornou-se um critério central para a existência de uma nação;
- E o terceiro aspecto, que eram os sentimentos nacionais dentro dos Estados-nações.

Antes da Primeira Grande Guerra Mundial, que assolou a Europa nos anos de 1914 a 1918, o nacionalismo tinha, portanto, um caráter unificador e libertador. Mas depois da guerra, tornou-se mais um aspecto político do que cultural, devido ao fato dos Estados nacionais usarem a expansão nacional por meio da opressão as minorias estrangeiras ou minorias da mesma nacionalidade. E faziam isso pela redefinição das fronteiras europeias impostas pelo Tratado de Versalhes, fazendo com que, coincidissem com as fronteiras da nacionalidade e da língua. Assim, descobriu-se que a ideia nacional não coincidia com a real auto identificação do povo em questão (HOBSBAWN, 1995). A partir disso, o mesmo Hobsbawn (1990),

em outra obra, argumenta sobre os novos meios de identificação nacional e a mudança no estilo de vida neste período:

A identificação nacional nessa era (pós 1918) adquiriu novos meios de se expressar nas sociedades modernas, urbanizadas e de alta tecnologia. Um desses meios foi o surgimento das modernas comunicações de massa: imprensa, cinema e rádio. Assim, por esses meios, as ideologias populistas podiam ser tanto padronizadas, homogeneizadas e transformadas quanto podiam ser exploradas com propósitos de propagandas por Estados ou interesses privados. Mas a propaganda deliberada quase era certamente menos significativa do que a habilidade de a comunicação de massa transformar o que eram símbolos nacionais em parte da vida de qualquer indivíduo e romper as divisões entre as esferas privada e local, nas quais a maioria dos cidadãos normalmente vivia, para a esfera pública e nacional. (HOBSBAWN, 1990, p.170)

Portanto, para preencher este espaço entre as esferas privadas e públicas, utilizou-se o esporte, pois no período entre Primeira e Segunda Grande Guerra Mundial, o esporte internacional, já como espetáculo de massas, tornou-se uma expressão de luta nacional, com os esportistas representando seus estados ou nações.

Foi nesse período que se demonstrou no ano de 1936, um grande exemplo da utilização do esporte para fins político estatal, na qual os Jogos Olímpicos se transformaram em ocasiões competitivas de afirmação nacional, a Olimpíada Nazista de Adolf Hitler em Berlim (conforme já mencionado anteriormente). Este evento serviu como propaganda para o regime totalitário nazista, que emergiu após a Primeira Grande Guerra Mundial em resposta à ascensão do socialismo na Rússia e às imposições do Tratado de Versalhes à Alemanha, que geraram uma grave crise na década de 20 (SIGOLI e DE ROSE, 2004).

Assim, o nazismo, eclodiu, segundo Hobsbawn (1995), num contexto de um continente abalado pela guerra, uma massa de cidadãos alemães desempregados e desorientados, a ascensão de movimentos socialistas e um forte ressentimento nacionalista contra os tratados de paz pós-guerra. Com a chegada de Hitler ao poder, ele combateu a crise e o desemprego, buscando uma autonomia econômica do estado totalitário, além da supressão dos direitos civis pela

perseguição aqueles que eram contra o governo, aos socialistas, os não arianos e aos judeus (JAGUARIBE, 2001).

A realização dos Jogos Olímpicos em 1936 serviria para exaltar a honra do povo alemão, destruída pela guerra. Porém, de acordo com Sigoli e De Rose (2004), os jogos serviram como propaganda do governo nazista e como tentativa de mostrar a supremacia da raça ariana, em que, dirigentes e atletas judeus foram expulsos de clubes esportivos e de equipes olímpicas, por serem considerados de uma raça subumana.

Essa atitude rendeu uma represália do Comitê Olímpico Internacional, fazendo com que, o presidente da organização na época, o conde Henri Baillet-Latour, externasse que no momento em que fosse hasteada a bandeira olímpica aquele território passaria a ser Olímpia e sob a égide do Olimpismo, seria governada (RUBIO, 2010). Hitler acatou a decisão do referido presidente e por isso fez com que o seu estado nazista, organizasse a melhor edição dos Jogos Olímpicos até aquele momento, por: mobilizar toda a população, investir em redes alimentícias e hoteleiras, segurança, meios de comunicação e as instalações esportivas. Portanto, apesar do uso político e ideológico nos Jogos de 1936, Hitler mostrou como se organiza e realiza uma edição de Jogos Olímpicos.

Entretanto, por mais que o esporte seja um campo das mais diversas tensões, ele produz fins nele mesmo, ou seja, ao tentar comprovar a supremacia ariana em provas esportivas, Hitler não teve tanto sucesso, pois um norte americano negro, Jesse Owens, conseguiu ganhar quatro medalhas no Atletismo, deixando o ditador irritado a ponto de retirar-se do estádio, sem cumprimentá-lo e sem entregar as medalhas (SIGOLI e DE ROSE, 2004).

Com a ganância de Hitler na Alemanha, Benito Mussolini na Itália e o Japão invadindo e dominando a Ásia, explodiu a Segunda Guerra Mundial. Após a guerra, dividiu-se o mundo em dois polos de influência do poder político, econômico e ideológico: o Socialismo alinhado à União Soviética e o Capitalismo liderado pelos Estados Unidos (SIGOLI e DE ROSE, 2004). Esta divisão acabou por constituir o que foi denominado por Guerra Fria, ou seja, uma guerra sem armas de fogo nas mãos de soldados e estes em combates explícitos nos campos de guerra; mas uma guerra política, que utilizava diferentes estratégias e instrumentos, como a

tecnologia (especialmente no armamento nuclear, satélites etc), o esporte, dentre outros.

Para Hobsbawm (1995), a Guerra Fria foi quase uma extensão da Segunda Guerra Mundial e deixou o mundo dividido em dois grandes blocos políticos de poder e foi caracterizada por uma grande corrida armamentista nuclear. Por isso que este período foi um combate de tensões e ameaças que deixavam o mundo a beira de uma guerra até a queda do muro de Berlim e o fim da União Soviética (HOBBSAWN, 1995). O autor (1990) ainda afirma que o nacionalismo, chamado agora de nacionalismo pós-colonial, refletia a emergência de agitações étnicas e separatistas que se baseavam em três forças: a descolonização, revolução e a intervenção de poderes externos destas duas ideologias.

Para a afirmação da superioridade destas ideologias, os Jogos Olímpicos foram utilizados por esses dois blocos econômicos, assim como o Estado nazista, como forma de propaganda e como um instrumento ideológico, sendo a maior divulgação desse conflito, pois eram nas competições esportivas que se viam os embates diretos entre soviéticos e norte americanos. Logo, deveriam produzir grandes atletas que demonstrariam ao mundo o verdadeiro potencial de construção de domínio de uma ordem mundial binária (RUBIO, 2010).

Segundo a mesma autora, as medalhas passaram a ser contadas como pontos a favor de seus respectivos regimes, afirmando um tipo de superioridade não pretendida pelo Movimento Olímpico. Já para Sigoli e De Rose (2004), o uso dos Jogos Olímpicos na Guerra Fria, foi uma arma simbólica que transformava piscinas, ginásios e estádios em verdadeiros campos de batalha que inflamavam os sentimentos nacionalistas destas populações por intermédio dos meios de comunicação.

Estes conflitos diretos ocorridos nos Jogos Olímpicos começaram em Helsinque, 1952, onde a União Soviética deu início à sua participação nos Jogos, pois antes não havia um Comitê Olímpico Nacional reconhecido. Assim, segundo Cardoso (2000), a disputa no âmbito esportivo entre as duas ideologias se estendeu nas edições seguintes, culminando com os boicotes nos Jogos de Moscou em 1980, pelos países do bloco capitalista devido à invasão da União Soviética no Afeganistão e nos Jogos de Los Angeles em 1984, pelos países do bloco socialista

em represália ao boicote sofrido quatro anos antes. Porém, este último boicote teve menos abrangência pela campanha que o Comitê Olímpico Internacional promoveu, conseguindo assim convencer muitos países a participarem da edição (LANCELOTTI, 1996).

Atitudes como esta fizeram com que o Comitê Olímpico Internacional adotasse novos princípios na Carta Olímpica, em 1990, para reduzir o nacionalismo exacerbado que atingiu os Jogos Olímpicos, tanto como em Berlin, 1936, quanto no período em que se decorreu a Guerra Fria. Logo, estes princípios eram (LUCAS, 1992):

- a não discriminação racial, política ou religiosa contra qualquer país ou pessoa participante dos Jogos;
- a não determinação de uma nação como vencedora dos Jogos Olímpicos;
- e a não permissão de qualquer propaganda ou manifestação de cunho político, religioso ou racial.

4.2. A Comercialização e a Globalização do Esporte

Foi no surgimento de campeonatos, do espectador esportivo, construções de estádios e da criação de meios de comunicação no final do século XIX, ainda no período moderno, que se caracterizaram os primeiros indícios de como o esporte poderia oferecer lucro para quem o organiza e o realiza.

Assim, no ápice da dualidade entre o bloco capitalista e o socialista, decorrente da Guerra Fria na década de 1980, que caracterizava um alto nível de competição entre atletas dos dois blocos, culminou-se na inserção do esporte no sistema econômico mundial e este passou a ser um mecanismo financeiro sob influência de empresas transnacionais (SIGOLI e DE ROSE, 2004). Porém, segundo Rubio (2010), foi com o início da transmissão televisiva nos Jogos Olímpicos de Roma, em 1960, que se estabeleceu uma nova ordem comercial pela visibilidade

que os atletas passaram a ter, fazendo com que, as empresas utilizassem os atletas para fazerem o marketing de suas marcas.

Com a crescente importância que o esporte passara a ter para a sociedade, e portanto, para a mídia, grandes instituições esportivas, tais como, a Federação Internacional de Futebol e o Comitê Olímpico Internacional, começaram, na década de 1970, a negociar os direitos de transmissão televisivas das grandes competições esportivas internacionais. Nesse sentido, instituiu-se um esporte contemporâneo que é denominado de esporte espetáculo, baseado em três elementos importantes (PRONI, 1998):

- as competições esportivas, organizadas por ligas ou federações que reúnem atletas submetidos a treinamentos intensivos;
- competições esportivas que se tornaram espetáculos pelos meios de comunicação de massa passando a ser apreciadas no tempo livre do espectador;
- e a introdução de relações comerciais no âmbito esportivo, conduzindo a assalariamento dos atletas e o financiamento das competições.

Portanto, essa caracterização de esporte espetáculo no mundo contemporâneo se contradiz com os princípios da prática esportiva da aristocracia, que visava a prática desinteressada e recreativa e dos princípios da burguesia capitalista clássica, que atribuía ao esporte institucionalizado, um caráter pedagógico de formação de valores e de respeito às regras, tornando-se como uma distinção social (TERRA, 2009). Ou seja, deu-se a transformação do esporte amador, idealizado pelo Olimpismo de Coubertin, para o esporte profissional, no qual era combatido pelo mesmo ideário olímpico.

Esta profissionalização do esporte contemporâneo deu-se em decorrência da relação de dependência estabelecida com os meios de comunicação de massa e a audiência do esporte em todo o mundo tornando-se dependente de patrocínios gerados pela abrangência das transmissões televisivas, conforme já explicitado (RUBIO, 2002). Como consequência disso, a mesma autora argumenta que os dois principais elementos do Olimpismo moderno, o amadorismo e o fair play, foram totalmente corrompidos por essa lógica mercantilista. Pois quando alinharam o dinheiro com o desempenho esportivo, criou-se no esporte uma opção de vida

para aquelas crianças e jovens que possuíam um nível de habilidade desejado para o desempenho esportivo. Portanto, o novo contexto esportivo, impede que o Olimpismo seja praticado como na era moderna, sendo que a este foi dado novos preceitos para adequar as novas exigências econômicas e sociais:

A dimensão socioeconômica relaciona-se com o propósito do Olimpismo conforme descrito nos Princípios fundamentais da Carta Olímpica, que é "colocar em toda parte o esporte a serviço do desenvolvimento harmonioso do homem, buscando incentivar o estabelecimento de uma sociedade de paz, preocupada com a preservação da dignidade humana". Para isso, propõe-se a fortalecer as ações da cooperação internacional para o desenvolvimento sustentável, participar da luta contra a exclusão social, favorecer novas práticas de consumo, desempenhar um papel ainda mais ativo em favor da proteção da saúde, promover infraestrutura esportiva adequada às necessidades sociais e integrar de forma ainda mais efetiva os conceitos de desenvolvimento e de meio ambiente nas políticas esportivas. (RUBIO, 2009, p.67)

Outro fator importante para a espetacularização do esporte e a sua profissionalização, foi a grandiosidade já consolidada dos Jogos Olímpicos. De acordo com Sigoli e De Rose (2004), foi nos Jogos de Los Angeles em 1984 que se marcou a entrada do esporte na economia mundial, por este evento ter sido financiado, na sua totalidade, pela iniciativa privada, por meios de contratos a patrocinadores.

Para Proni (1998) fica evidente que a comercialização e a profissionalização dos atletas foram mudanças inevitáveis para uma realidade nova e incontestável. O processo de mercantilização do esporte, estabelecido por fatores como a institucionalização, a profissionalização e a espetacularização, segundo Sigoli e De Rose (2004), fez confederações, federações, ligas e clubes passassem a negociar o esporte como um produto de consumo e ser regido pelas regras de mercado. Assim, transformou as instituições esportivas em corporações financeiras internacionais, como o Comitê Olímpico Internacional, sendo que o alto valor de capital negociado por essas corporações a patrocinadores fazem com o que, os interesses ultrapassem as necessidades esportivas, tais como, horários de transmissão, locais de eventos, oportunidades comerciais e mudança nas regras das modalidades (SIGOLI e DE ROSE, 2004).

Para Bracht (2005), houve uma mudança de valores no esporte espetáculo, pois o recrutamento de atletas os submete a um processo exaustivo e estressante de treinamento, no qual o pensamento de recompensa sobre isso, torna-se financeiro pessoal e não mais pela honra de representar um país nas Olimpíadas e a partir disso, abre possibilidades de participações nos Jogos Olímpicos, de atletas por outros países que não seja a do seu nascimento. Assim sendo, transforma a categoria de nação em categoria de cifrão. Por isso, por meio das políticas neoliberais, de acordo com Bracht (2005), ocorreram a desestatização do esporte, pela inclusão do esporte no mercado mundial, impostas pela globalização.

Essa diferente mudança estrutural está transformando as sociedades modernas no final do século XX, fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais (HALL, 2006). Por meio da nova forma de economia, que busca campos de valorização pelos grandes conglomerados e maior liberdade de ação, desloca-se a concorrência intercapitalista para um nível que escapa a regulação dos estados nacionais (PRONI, 1998). Portanto, segundo o mesmo autor, a globalização econômica rompe com os limites da livre circulação de capital e a propensão do mesmo em ultrapassar as fronteiras políticas.

Seguindo a transformação econômica da globalização, a mesma avançou para outras dimensões além da produtiva e da financeira. Martins (1996) salienta que a globalização se opõe às teses nacionalistas, implicando o predomínio dos mecanismos de mercado sobre os fatores construtivos da vida sociocultural. O que caracteriza a decadência do nacionalismo, que segundo Hobsbawn (1990), é a forte redução da relevância da nação e do estado-nação para a estrutura econômica global, a ilusão que todos os estados são hoje nações e as agitações etnolinguísticas, provando que o mundo não poderia mais ser contido dentro dos limites dos estados-nações.

Como consequência disso, houve transformações sociais de identidade nos períodos da história moderna e contemporânea, sendo que Giulianotti (2002) analisa a identificação do período tradicional ou pré-moderno, no qual envolvia uma aristocracia ou uma classe média tradicional que exercia sua

autoridade muito mais por convenções do que por meios racionais ou democráticos. Já no período moderno, onde houve uma rápida urbanização e um crescimento demográfico e político da classe trabalhadora tendo a identidade fixada nos eixos de classe, gênero, idade, localidade e etnia. O período pós-moderno é marcado pela rejeição real das propriedades na modernidade, sendo a principal delas, a fragmentação da classe trabalhadora, em que começam a dar voz as reivindicações. Neste período a identidade nacional torna-se mais fraca, devido à imigração e à diversidade étnica, causadas pela globalização dos povos. Portanto, caracteriza-se uma crise de identidade provocada pela globalização.

Hall (2006) salienta três possíveis consequências da globalização sobre as identidades culturais, em que primeiramente, as identidades nacionais estão se desintegrando, como resultado do crescimento da homogeneização cultural do pós-moderno global. Em seguida, as identidades nacionais e outras identidades ditas locais estão sendo reforçadas pela resistência à globalização (xenofobismo), e por fim, as identidades nacionais parecem perder força, dando lugar a novas identidades híbridas. Portanto, há uma criação de identidades globais que coexistem com as identidades nacionais.

E uma destas formas de identidade global acabou sendo propiciada pelo próprio Comitê Olímpico Internacional, como uma forma de ampliar seus diálogos políticos com outras organizações mundiais, em consonância com alguns ideários do Olimpismo. Assim, o COI opta por permitir a participação de atletas em Jogos Olímpicos, mesmo sem uma *representatividade* oficial de identidade nacional, criando um grupo denominado Atletas Independentes Olímpicos.

5. ATLETAS INDEPENDENTES OLÍMPICOS

Desde a Grécia Antiga, havia restrições no que concerne a participações de atletas nos Jogos Olímpicos. Na Antiguidade, homens que não eram considerados gregos, escravos e mulheres eram proibidos de participar das cerimônias.

Com relação aos Jogos Olímpicos da era moderna, em seu princípio no ano de 1896, era concebido como um encontro de pessoas que praticavam esportes, com uma participação mais ampliada, por meio dos diferentes meios de seleção esportiva. E só vinte anos após o seu ressurgimento ², os Jogos foram considerados como um evento internacional de grande reconhecimento (RUBIO, 2009).

Nos dias atuais, eles representam o maior evento sociocultural do planeta, de modo que existem mais países participantes e associados ao Comitê Olímpico Internacional do que às Organizações das Nações Unidas (ONU). Rubio (op.cit.) aponta que este crescimento e significado no mundo contemporâneo foi consequência de uma proposta de que a geografia esportiva não coincidissem com a geografia política, resultando num movimento internacional denominado Países Desportivos. São países que possuem um território delimitado por fronteiras e que não possuem uma legitimação como Estados, porém esses territórios são delimitados por produções culturais e sociais que lhe conferem identidades próprias. São exemplos de países desportivos:

- a Catalunha, uma comunidade autônoma no interior da Espanha;
- a Palestina, delimitada por um território, porém não reconhecida como um Estado;
- e o Kosovo que se declarou independente da Sérvia e não é reconhecido como Estado.

² Não foi possível obter na referência citada a informação sobre os vinte anos após o ressurgimento dos Jogos Olímpicos.

Todos os países filiados ao COI possuem um Comitê Olímpico Nacional, que segundo Carvalho e Constantino (1986), estão habilitados para inscrever os atletas para participarem dos Jogos Olímpicos. Sendo que o atleta só pode ser selecionado para participar dos Jogos se seu CON for reconhecido pelo COI.

Porém, há países que não possuem um Comitê Olímpico Nacional reconhecido, devido ao fato de serem países recém-criados ou porque seus respectivos CON tenham deixado de ser reconhecidos (pelo fato de não existir tal país) (www.sports-reference.com> acessado em 18 out. 2012). Estes argumentos parecem ter sido os balizadores para que o COI permitesse a participação de atletas, classificados para os Jogos da mesma maneira que os outros participantes do evento ³, sob a bandeira Olímpica para disputar as Olimpíadas, sendo estes denominados como Participantes Olímpicos Independentes ou Atletas Independentes Olímpicos.

Porém, não foi possível obter o conceito e os reais argumentos que legitimaram a constituição da delegação dos Atletas Independentes Olímpicos, nem no site oficial do Comitê Olímpico Internacional, nem em outros sites de consulta.

Assim sendo, caso um atleta independente olímpico, recebesse a medalha de ouro, o hino a ser tocado e a bandeira a ser hasteada seria a Olímpica (PORTUGAL, 2012).⁴

5.1. A constituição dos Atletas Independentes Olímpicos (IOA)

Tentaremos com este tema, apresentar uma reflexão acerca do que fora foi apresentado no trabalho, na perspectiva de poder traçar as relações possíveis entre a constituição dos IOA a concepção de nacionalismo a ela vinculada.

³ Não foi possível obter orientações sobre o mérito e a classificação, tanto de atletas olímpicos, quanto de atletas independentes olímpicos no site do Comitê Olímpico Internacional.

⁴ Não foi possível obter referências sobre Atletas Independentes Olímpicos, assim como, o hino Olímpico nos sites do Comitê Olímpico Internacional e do Comitê Olímpico Brasileiro.

Tanto nos períodos históricos mais longínquos da Humanidade, desde a Antiguidade até a atualidade, percebe-se que a prática atlética e o esporte foram usados com vários propósitos, de acordo com a política social e econômica que regia o determinado período e região. Assim, houve uma transformação dos valores destas práticas de acordo com as necessidades de cada sociedade e das pessoas que as governavam. E se considerarmos estas práticas como produção de cultura humana, logicamente que as mesmas foram influenciadas por estas transformações, assim como, geraram outras transformações. Entretanto, as práticas atléticas e os esportes sempre representaram a união de grupos e representam ainda a união das nações como no caso dos Jogos Olímpicos.

Na Grécia Antiga, as práticas atléticas (ginásticas) tinham também um cunho religioso, que aproximava os atletas com seus Deuses e os heroizavam, assim como, um cunho moral e pedagógico, em que as práticas deveriam ser vividas com o intuito de formar um ser íntegro, unindo mente e corpo. Havia também um cunho político, no qual cidades-estados gregas utilizavam as práticas com fins de militarização para a sua defesa contra a invasão de outros povos. Portanto, os Jogos Olímpicos realizado em Olímpia, considerada por várias cidades-estados um centro político e religioso e por homenagearem Zeus (um Deus comum), tinha um objetivo de unir os povos gregos, reforçando a identidade grega e pela celebração da paz, sendo que, enquanto eram executados os Jogos, havia uma trégua nas guerras. Neste contexto, os Jogos Olímpicos unia as Cidades-estados gregas.

Institucionalizados dentro de escolas públicas na era moderna, as práticas atléticas e os jogos, se tornaram esportes, fruto de uma grande transformação (na estrutura política, econômica e social), decorrente da Revolução Industrial. Eram sociedades comandadas pela burguesia, que utilizavam o esporte como formação de valores, de cidadãos e de uma conduta “aceitável”, além de serem associados a princípios da própria Revolução Industrial, tais como rendimento, organização burocrática e competição (impactando na alienação da classe trabalhadora). Neste período, com a criação de novos estados-nações, como consequência da Revolução Francesa, das Revoluções Democráticas, do êxodo rural e da imigração provocado pela Revolução Industrial, havia a necessidade de criar uma identidade nacional, pois os povos já não aceitavam serem objetos da

história feitos por outros, querendo sentir-se agentes de sua própria sorte (KOHN, 1963). A partir disso, surge o conceito de esporte acoplado a concepção de nação.

Por isso, esse período também foi identificado como a era do nacionalismo, em que primeiramente privilegiava-se a construção de um sentimento nacional interno (conforme apresentado no subcapítulo 3.2) a partir da construção de uma nação. Assim, pode-se dizer que o esporte moderno ajudou a criar uma identidade nacional por simbolizar uma nação, ao propiciar um sentimento de pertencimento a um grupo e por diminuir os conflitos sociais causados pelas diferenças culturais e étnicas.

Influenciado pelos pensamentos de *celebração* da paz e a união dos povos na Grécia Antiga, pelo desenvolvimento dos esportes e pela necessidade de criação de uma organização que *promovesse* a paz no século XIX (sem deixar de atender as demandas advindas da Revolução Industrial), Barão de Coubertin, iniciou o Movimento Olímpico. Este movimento consistia em reviver os Jogos Olímpicos, no qual se focava a participação esportiva e não somente a competição, e no qual os participantes deveriam estar sujeitos a princípios e valores éticos e morais do Olimpismo, sendo sustentado em dois pilares, o amadorismo e o *fair play*. Assim, os Jogos da era moderna, iniciados em 1896, tiveram um caráter internacional pela união de países membros do recém-criado Comitê Olímpico Internacional.

Porém, com essa visibilidade internacional, os Jogos inflamaram os sentimentos nacionalistas, que agora se voltavam para uma afirmação e prestígio internacional, onde o nacionalismo começara a ultrapassar as fronteiras dos países, tornando-o externo, pela tentativa de mostrar a supremacia de uma nacionalidade sobre a outra. Assim, foi em direção contrária aos valores propostos pelo Olimpismo, havendo sua adequação de não determinação de uma nação como vencedora dos Jogos Olímpicos e a não permissão de qualquer propaganda ou manifestação de cunho político, religioso ou racial. Essa mudança nos princípios do Olimpismo se deu, pois ele não considerava a realidade das sociedades e as características individuais de cada atleta (CARVALHO e CONSTANTINO, 1986).

Este prestígio internacional que os Jogos Olímpicos causavam na era contemporânea, fez com que os Estados-nação, agora já estabelecidos, utilizassem o esporte como um instrumento a seu serviço, como uma forma de

propaganda de seus regimes e afirmação nacional, suscitando os sentimentos nacionalistas exacerbados, como o preconceito e a xenofobia (conforme já detalhadamente apontado em capítulos anteriores).

No período pós Segunda Guerra Mundial, surgiu a Guerra Fria, contradizendo duas ideologias políticas mundiais, o capitalismo e o socialismo, no qual o nacionalismo tornava-se uma ideologia político econômico e internacional, pois colocaram em oposição dois países que simbolizavam duas ideologias diferentes. Neste período, os Jogos Olímpicos foram totalmente utilizados por essas ideologias político-econômicas, para mostrar a superioridade de uma sobre a outra, aumentando o nível de competição esportiva, da visibilidade do mesmo e da transformação do esporte como mercadoria pelo desenvolvimento de treinamentos, tecnologias e dos meios de comunicação em massa. Com isso, caracterizava o processo de destruição dos dois pilares que norteavam o Olimpismo Moderno, o amadorismo pelo profissionalismo, e o fair play pela vitória a qualquer custo. Assim, percebe-se que o esporte foi usado para a afirmação não de uma nação, mas sim de blocos econômicos que seguiam tais ideologias.

Após o período da Guerra Fria, estabelece nos dias atuais um processo econômico mundial, onde se busca mercados nunca antes explorados e se tem uma relação internacional global, cuja liberdade de ação escapa do controle dos estados nacionais: a Globalização. É neste contexto que a identidade nacional coexiste juntamente com a identidade global, caracterizando assim, o nacionalismo como não mais a única forma de representar os sentimentos de pertencimento a uma nação, pela supressão das fronteiras e a diminuição do espaço e do tempo.

No âmbito esportivo, a globalização, fortifica o esporte espetáculo e define os Jogos Olímpicos como um evento altamente lucrativo para corporações e empresas multinacionais, transformando-o em uma indústria de consumo, regido por políticas neoliberais de mercado. Portanto, a globalização sacramenta a mudança nos valores do Olimpismo moderno, fazendo-o adequar-se à nova dimensão socioeconômica que fortalece as ações da cooperação internacional para o desenvolvimento sustentável, do meio ambiente, de infraestrutura esportiva e de novas práticas de consumo (RUBIO, 2009), distanciando o esporte da concepção de nação.

Neste novo contexto de uma sociedade globalizada, que influencia também o esporte, o Comitê Olímpico Internacional segue a tendência de outras grandes organizações mundiais (ONU, UNESCO, OMS dentre outras) de compreender os processos político-econômico nacionais específicos de cada país, e que impactam todo o mundo. E seu papel é justamente analisar este processo⁵ e intervir nos mesmos, no que concerne ao esporte e ao evento Jogos Olímpicos, tendo como fundamentos balizadores os princípios olímpicos.

E uma das formas de solucionar algumas tensões internacionais que de algum modo impediam atletas de representarem seus respectivos países, foi possibilitar a participação dos mesmos em Jogos Olímpicos, mesmo sem sua representação nacional. E para regimentar este processo, o COI criou a delegação dos Atletas Independentes Olímpicos (IOA), que representam uma nova nação (em sua bandeira, hino, vestimenta e etc): a nação esportiva olímpica.

Assim, estes atletas representam para o mundo de hoje, a criação de uma nação esportiva, que ao mesmo tempo em que é concreta, pois é institucionalizada, também é simbólica, pois está situada no mesmo patamar representativo de uma nação (hino e bandeira).

Vale ainda outra reflexão de que esta nova nação esportiva olímpica seja também imateticamente maior do que uma Nação, pois se constitui numa “nação” que agrega atletas (indivíduos) de várias nações do mundo.

Portanto, a delegação dos Atletas Independentes Olímpicos, desde sua criação até a atualidade, representa o rompimento de um dos objetivos do Olimpismo: a representação de um Estado nacional nos Jogos Olímpicos. A partir disso, estes atletas caracterizam a quebra do paradigma do nacionalismo que legitimava os Estados-nações, por ser uma ideologia política da era moderna e contemporânea, vinculado ao esporte.

⁵ Muitas vezes em consonância com a análise dos outras organizações mundiais.

5.2. Casos ocorridos de IOA

A primeira participação da delegação de IOA, e portanto sem a representatividade de uma nação, foi nos Jogos Olímpicos de Barcelona, em 1992. Nestes, a antiga Iugoslávia foi banida de participar dos Jogos, como uma resposta do COI à resolução de número 757, do Conselho Nacional de Segurança das Nações Unidas no ano de 1992, que impuseram sanções econômicas, diplomáticas e culturais pelo genocídio e a guerra civil acometidas contra as nações desvinculadas à mesma, como a Croácia, Bósnia-Herzegovina e Eslovênia, após o processo de independência das mesmas que causou o ocaso da República Federativa da Iugoslávia, em junho de 1991, segundo Droubi (2006).

Apesar das sanções, o COI negociou a participação apenas de atletas de esportes individuais da ex-Iugoslávia, em que consistia, na época, nas nações da Sérvia, Macedônia e Montenegro. As nações que declararam independência da ex-Iugoslávia, tiveram a participação como países membros do COI pela primeira vez a partir desta edição (www.olympic.org/barcelona-1992-summer-olympics). Acessado em 19 out. 2012).

Na tabela 1 abaixo, os nomes dos atletas independentes olímpicos dos Jogos de 1992, juntamente com suas nacionalidades, gênero e o esporte que competiram.

Tabela 1- Atletas Independentes Olímpicos – Jogos Olímpicos Barcelona 1992

Nº	Atletas	Gênero	Idade	Nacionalidade	Esporte
1	Aleksandar Milenkovi	Feminino	24	Sérvia	Ciclismo
2	Aleksandra Ivoev	Feminino	18	Sérvia	Tiro
3	Aranka Binder ***	Feminino	26	Sérvia	Tiro
4	Dano Panti	Masculino	20	Sérvia	Judô
5	Darija Alauf *	Feminino	23	N	Natação
6	Dejan Jovkovi	Masculino	24	Sérvia	Atletismo

7	Dragan Peri	Masculino	28	Sérvia	Atletismo
8	Dragutin Topi	Masculino	21	Sérvia	Atletismo
9	Dusan Popeskov	Masculino	23	Sérvia	Ciclismo
10	Elizabeta Pavlovska	Feminino	20	Macedônia	Atletismo
11	Eszter Poljak	Feminino	39	Sérvia	Tiro
12	Goran Kasum	Masculino	26	Macedônia	Luta Greco-romana
13	Goran Maksimovi	Masculino	28	Sérvia	Tiro
14	Gordana Perkuin	Feminino	30	Sérvia	Tênis de mesa
15	Ilija Lupulesku	Masculino	24	Sérvia	Tênis de mesa
16	Jasna Fazli-Reed	Feminino	26	Sérvia	Tiro
17	Jasna Sekaric **	Feminino	21	Bósnia Herzegovina	Tênis de mesa
18	Kire Filipovski	Masculino	19	Macedônia	Natação
19	Kristina Radonji	Feminino	17	Sérvia	Ginástica Rítmica
20	Lazar Popovski	Masculino	18	Macedônia	Canoagem
21	Lazo Mildevich *	Masculino	17	N	Canoagem
22	Lazo Piva	Masculino	25	Sérvia	Remo
23	Leposava Markovi	Feminino	19	Sérvia	Judô
24	Lidija Mihajlovi	Feminino	23	Sérvia	Tiro
25	Maja Kos	Feminino	24	Croácia	Nado Sincronizado
26	Majda Milak *	Feminino	15	N	Ginástica Rítmica
27	Marija Senica	Feminino	21	Sérvia	Nado Sincronizado
28	Miko Rnjakovi	Masculino	28	Sérvia	Ciclismo
29	Milan Dorevic	Masculino	23	Sérvia	Canoagem
30	Milan Radakovic	Masculino	23	Sérvia	Luta Greco-romana
31	Milos Govedarica	Masculino	28	Bósnia Herzegovina	Luta Greco-romana
32	Mico Brkovic	Masculino	24	Sérvia	Ciclismo
33	Miroslav Jovic	Masculino	30	Sérvia	Judô
34	Mitar Milinkovic	Masculino	20	Sérvia	Judô
35	Mladen Kapor	Masculino	25	Sérvia	Natação
36	Nandor Sabo	Masculino	32	Sérvia	Luta Greco-romana

37	Natasa Meskovska	Feminino	20	Macedônia	Natação
38	Nemanja Miroslavljev	Masculino	22	Sérvia	Tiro
39	Pajo Ivosevic	Masculino	24	Sérvia	Luta Greco-romana
40	Radisa Cubric	Masculino	30	Sérvia	Ciclismo
41	Senad Rizvanovic	Masculino	24	Sérvia	Luta Greco-romana
42	Slobodan Brankovic	Masculino	25	Sérvia	Atletismo
43	Slobodan Grujic	Masculino	18	Sérvia	Tênis de mesa
44	Slobodan Popovic	Masculino	29	Sérvia	Atletismo
45	Srdan Marilovic	Masculino	24	Sérvia	Canoagem
46	Sran Mukatirovic	Masculino	20	Sérvia	Tênis
47	Stevan Pletikosic ***	Masculino	20	Sérvia	Tiro
48	Stevan Zoric	Masculino	21	Sérvia	Atletismo
49	Suzana Ciric	Feminino	23	Sérvia	Atletismo
50	Tamara Malesev	Feminino	25	Sérvia	Atletismo
51	Tamara Savic-Sotra	Feminino	21	Sérvia	Esgrima
52	Vanja Miceta	Feminino	23	Sérvia	Nado Sincronizado
53	Vladimir Banjanac	Masculino	26	Sérvia	Remo
54	Zarko Vekic	Masculino	25	Sérvia	Canoagem
55	Zeljko Trajkovic	Masculino	25	Sérvia	Luta Greco-romana
56	Zoran Galovi	Masculino	24	Sérvia	Luta Greco-romana
57	Zoran Kalini	Masculino	34	Sérvia	Tênis de mesa
58	Zoran Zorov	Masculino	30	Sérvia	Luta Greco-romana

Fonte: <http://www.sports-reference.com/olympics/countries/IOP/summer/1992/>.

* Não foi informado a nacionalidade do atleta.

** Atleta medalhista de prata.

*** Atleta medalhista de bronze.

Pode-se perceber, na Figura 2 abaixo, que todos os 58 atletas independentes olímpicos, participantes dos Jogos de 1992, são de nações que faziam parte de um Estado único, a ex-Iugoslávia, dos quais 47 destes são da nacionalidade Sérvia, cinco da nacionalidade Macedônica, três não tiveram suas

nacionalidades divulgadas, dois da nacionalidade Bósnia e um de nacionalidade Croata:

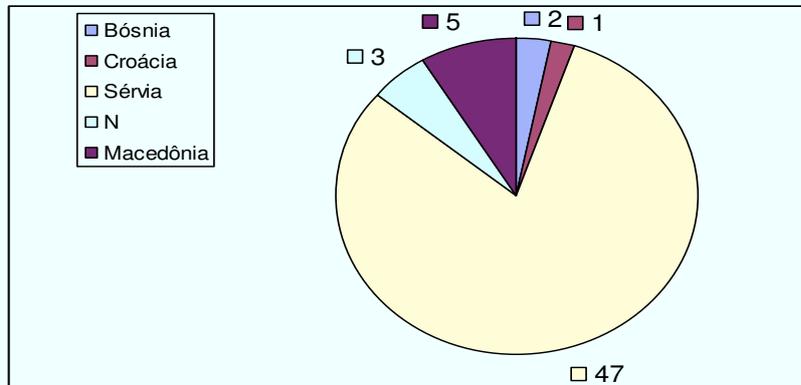


Figura 2 – Nacionalidades dos Atletas Independentes Olímpicos – Barcelona 1992.

Em relação ao gênero, 39 são do gênero masculino e 19 do gênero feminino, conforme a figura 3:

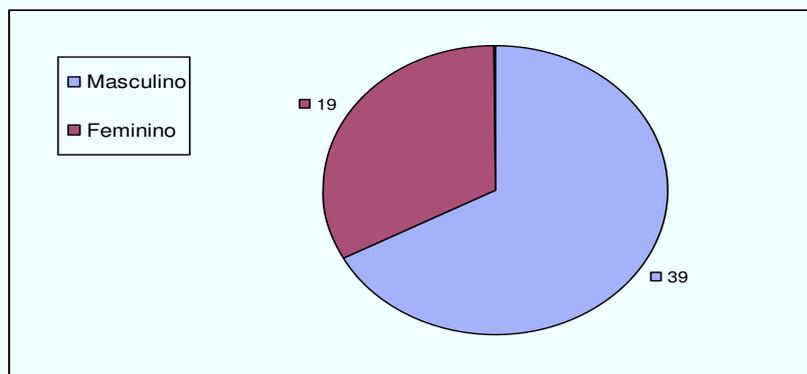


Figura 3 – Gêneros dos Atletas Independentes Olímpicos – Barcelona 1992.

Ao todo, os atletas independentes Olímpicos competiram em 13 modalidades, sendo dos quais nove atletas em Atletismo e Luta Greco-Romana, oito em Tiro, cinco em Canoagem, Ciclismo e Tênis de mesa, quatro em Judô e Natação, três em Nado Sincronizado, dois em Ginástica Rítmica e Remo e um em Esgrima e Tênis.

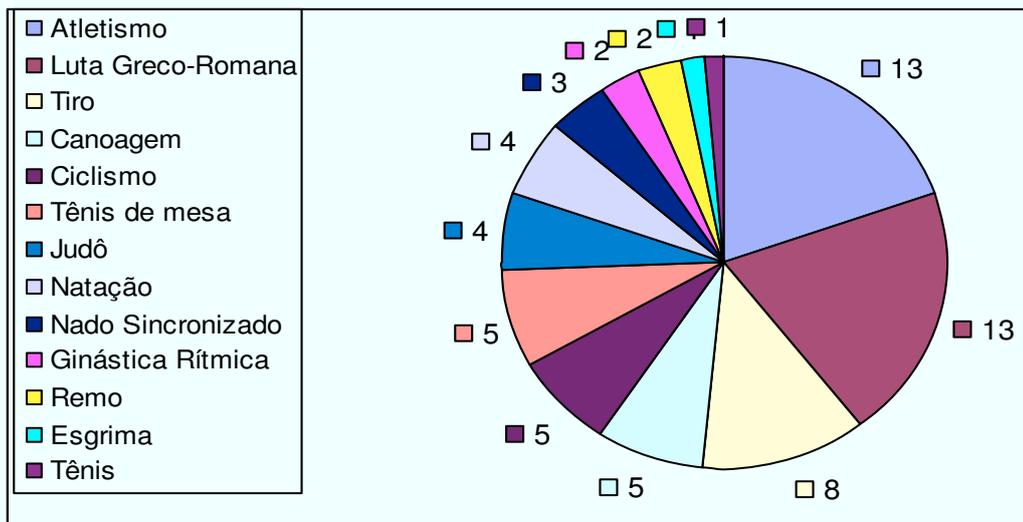


Figura 4 – Modalidade dos Atletas Independentes Olímpicos – Barcelona 1992.

Os medalhistas independentes olímpicos foram apenas três, Jasna Sekaric, na modalidade de Tênis de mesa, com a medalha de prata; Aranka Binder, na modalidade de Tiro, com a medalha de bronze; e o mesmo com Stevan Pletikosic, na mesma modalidade.

A segunda participação de Atletas Independentes Olímpicos ocorreu nos Jogos Olímpicos de Sidney em 2000, no qual o Timor Leste acabara de se declarar independente de Portugal e da Indonésia, após um longo processo de negociações diplomáticas, em que os timorenses seriam chamados a escolher entre uma autonomia no interior da Indonésia ou a independência (TELES, 1999). E de acordo com a mesma autora, em Agosto de 1999, os timorenses exerceram finalmente o seu direito à autodeterminação e escolheram a independência por uma clara maioria. Portanto, para a edição dos Jogos Olímpicos em 2000, o Timor Leste não possuía um Comitê Olímpico Nacional reconhecido (SILVA, 2012).

Assim, foi mais uma vez concedido pelo COI a participação de atletas sem uma representação nacional, no grupo dos IOA. O Timor Leste pode enviar quatro atletas para o evento, dos quais explicitados na tabela 2 abaixo.

Tabela 2 – Atletas Independentes Olímpicos – Jogos Olímpicos Sidney 2000

Nº	Atletas	Gênero	Idade	Nacionalidade	Esporte
1	Aguida Fatima Amaral	Feminino	28	Timor Leste	Atletismo
2	Calisto da Costa	Masculino	21	Timor Leste	Atletismo
3	Martinho de Araujo	Masculino	27	Timor Leste	Levantamento de Peso
4	Victor Ramos	Masculino	30	Timor Leste	Boxe

Fonte: <http://www.sports-reference.com/olympics/countries/IOA/summer/2000/>.

Observa-se que dos quatro atletas, da mesma nacionalidade, três são do gênero masculino e apenas uma do gênero feminino e, das modalidades praticadas, dois em Atletismo e um em Levantamento de Peso e outro no Boxe, sendo que nenhum deles obteve medalhas olímpicas.

A terceira participação da delegação de Atletas Independentes Olímpicos ocorreu nos Jogos Olímpicos de Londres em 2012, em consequência da anexação das Antilhas Holandesas por parte da Holanda, depois que três ilhas das cinco que compunham o país abdicaram da autonomia e passam a serem municípios holandeses a partir de 2010, devido ao elevado grau de dependência e às relações culturais próximas com o país europeu. As outras duas ilhas tornaram-se dois novos países, São Martin e Curaçao (GUERREIRO, 2010). Em decorrência deste processo, o COI deixou de reconhecer o Comitê Olímpico Nacional das Antilhas Holandesas (PORTUGAL, 2012) e permitiu a participação de atletas deste país na delegação dos IOA.

Diferentemente das Antilhas Holandesas, houve criação do estado do Sudão do Sul, no ano de 2011, resultante de acordos de paz de 2005, que puseram fim a Segunda Guerra Civil do Sudão (1983 – 2005) (OLIVEIRA e SILVA, 2011). Assim, pela recém-criação do mesmo, não houve tempo hábil para a constituição de um Comitê Olímpico Nacional reconhecido junto ao COI.

Portanto, o grupo de Atletas Independentes Olímpicos, foi formado por quatro atletas, oriundos de dois países, conforme mostra a tabela 3.

Tabela 3 – Atletas Independentes Olímpicos – Jogos Olímpicos Londres 2012

Nº	Atletas	Gênero	Idade	Nacionalidade	Esporte
1	Liemarvin Bonevacia	Masculino	23	Antilhas Holandesas	Atletismo
2	Reginald de Windt	Masculino	28	Antilhas Holandesas	Judô
3	Guor Marial	Masculino	28	Sudão do Sul	Atletismo
4	Philipine Van Aanholt	Feminino	20	Antilhas Holandesas	Vela

Fonte: <http://www.sports-reference.com/olympics/countries/IOA/summer/2012/>.

Destes quatro atletas, três possuíam a nacionalidade das Antilhas Holandesas, sendo dois do gênero masculino e um do gênero feminino. Eles participam das modalidades de Atletismo, Judô e Vela e não obtiveram medalhas. Do mesmo modo, o atleta de nacionalidade do Sudão do Sul, participando da modalidade de atletismo, também não obteve medalha olímpica.

Pelo fato de não possuírem uma nação para representar nos Jogos Olímpicos, os atletas independentes vestiram um uniforme neutro, produzida por uma grande empresa de material esportivo, na qual as cores eram brancas e pretas e que estampavam a bandeira olímpica e a sigla IOA (Independent Olympics Athletes).

5.3. Casos não ocorridos de IOA

Após a edição dos Jogos Olímpicos de 1992, esperava-se que em todas as outras edições posteriores pudesse haver a delegação dos Atletas Independentes Olímpicos, mediante a possível amenização de conflitos internacionais pelo Comitê Olímpico Internacional.

No entanto, não foi possível encontrar em documentos oficiais do COI, os motivos pela quais não houve a participação das delegações de Atletas Independentes Olímpicos, nas edições dos Jogos Olímpicos de 1996, em Atlanta; 2004, em Atenas; e 2008 em Pequim. Mesmo diante de um período (1996 a 2008),

no qual houve conflitos de questões políticas internacionais, que poderia possibilitar a participação da delegação de IOA.

Os Jogos Olímpicos de 1996 foram realizados em Atlanta nos Estados Unidos e nota-se que havia a possibilidade de se ter a delegação dos IOA, pois no período de 1996 a 2002 perdurou a guerra civil em Serra Leoa, que, segundo Zanini (2004), levou rebeldes de duas facções, a RUF (Frente Revolucionária Unida) e a AFRC (Conselho Revolucionário das Forças Armadas), a depor o presidente eleito, Ahmad Kabbah, tendo como combustível a disputa por minas de diamantes. Percebe-se que o caso de Serra Leoa tem uma relação com o caso da Iugoslávia em 1992, por se encontrar em guerra civil. E mesmo mediante este conflito, e até mesmo à similaridade circunstancial já ocorrida em outros Jogos (IOA), esta delegação não foi constituída.

No ciclo olímpico dos Jogos de 2000, em Sidney, no qual houve uma delegação de IOA, conforme argumentado no subcapítulo 5.2, havia um conflito internacional em que poderia considerar a participação de atletas sob a bandeira olímpica, a guerra fronteiriça entre Etiópia e Eritreia em 1998. Segundo Harris (2005), se deu quando a Etiópia se recusou a aceitar a proposta de demarcação da fronteira feita por uma comissão independente, dando origem a Eritreia no ano de 1993. Assim como o genocídio pelo conflito étnico regional na República Democrática do Congo, de 1997 a 2002, conhecido como “A guerra mundial africana” por envolver vários países (<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft1506200303.htm>. Acessado em 10 Dez. 2012).

Devido à falta de referências e documentos que pudessem relatar, na edição dos Jogos Olímpicos de 2004 em Atenas, parece crer que não houve a delegação dos IOA's, por não haver um conflito internacional da mesma magnitude dos outros já citados e também pelo não interesse do COI.

Na edição dos Jogos Olímpicos de Pequim, na China em 2008, não houve a participação dos IOA, mas estava em cena os protestos tibetanos contra a dominação da China, na região do Tibete, reivindicando a sua independência (MALBERGIER, 2008).

Num âmbito geral, também não há a permissão, pelo COI, da participação de outros grupos, como os aborígenes australianos e indígenas brasileiros, sendo estes considerados como grupos totalmente excludentes deste processo.

Portanto, seria coerente dizer que a participação das delegações de Atletas Independentes Olímpicos, é uma escolha política do Comitê Olímpico Internacional, pelo fato haver conflitos nas mesmas condições que possibilitariam a participação desta delegação nas edições dos Jogos de 1992, 2000 e 2012. Da mesma maneira, de acordo com Simson e Jennings (1992), a Associação dos Comitês Olímpicos Nacionais (ACON) é dominada por países da África, Ásia e da América Latina, portanto, parece crer que a permissão da participação de atletas de países que não possuem um Comitê Olímpico Nacional reconhecido pelo COI, seria visando obter novos afiliados para o próprio COI.

Além de motivos políticos, parece que o COI também leva em conta a inclusão de atletas no IOA, a partir de seus níveis de *performance* e possíveis chances de êxito. Ou seja, se há um atleta com índices olímpicos (como conquistas em campeonatos mundiais) e com chance de ganhar a medalha olímpica, isso parece de algum modo também ser relevado (mas talvez não seja o fator determinante).

Enfim, embora o IOA seja uma estratégia de manobra que vem a beneficiar politicamente o próprio COI como instituição internacional, com o IOA ampliou-se a possibilidade de participação de atletas, sem uma representatividade oficial nacional, no maior evento esportivo sociocultural do mundo globalizado.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se considerar que houve permanências e rupturas nos princípios dos Jogos Olímpicos da Antiguidade para os Jogos Olímpicos da Era Moderna, pois no final do século XIX, os Jogos Olímpicos também celebravam a paz e uniam os diversos povos. Porém deixou de ter um caráter religioso e pela competição ser pautada em esportes modernos.

Estes esportes modernos foram institucionalizados baseados no caráter pedagógico das práticas corporais da Grécia Antiga, porém ressignificadas de acordo com princípios da Revolução Industrial, tais como o rendimento e a competição. Assim, na era moderna, estes princípios enalteciam o nacionalismo dos recém-criados Estados-nações, a militarização dos cidadãos e a formação do trabalhador.

Na era moderna assistimos a criação do esporte como elemento de formação pedagógica, assim como, uma afirmação e prestígio nacional e internacional. E nos dias atuais, essas práticas corporais e atléticas, são uma opção de vida para muitos cidadãos, assim como, produtos de uma indústria de consumo altamente lucrativa.

Estes esportes tomaram tamanha dimensão social que possibilitaram, dentre outras transformações sociais, a existência da delegação dos Atletas Independentes Olímpicos, que de certo modo, resguarda a alguns atletas, sem uma representatividade oficial nacional, o direito de participar dos Jogos Olímpicos e, portanto, de praticar e competir o esporte. Porém, a cada edição dos Jogos Olímpicos, isso pode acontecer de acordo com as escolhas políticas e econômicas do Comitê Olímpico Internacional, pois esta pesquisa claramente evidenciou a falta de documentos a respeito do IOA no site do COI, assim como, trouxe análises sócio-histórico-culturais a respeito do tema, convergendo em questionamentos acerca da não participação desta delegação em algumas edições dos Jogos.

Neste contexto, a existência do IOA está em consonância com as novas possibilidades identitárias do mundo contemporâneo, onde um indivíduo pode

ter mais de uma nacionalidade, pode se naturalizar em outro país e até mesmo pode pertencer a uma nação, não a representando num evento internacional (e até, muito pelo contrário, pode representar uma nação sem demarcações geográficas: a nação olímpica).

Assim, os Jogos Olímpicos, como um micro sistema mundial, refletem este processo de globalização e de pluridentidade, e confere ao esporte e aos indivíduos que o praticam novas possibilidades identitárias, pela criação de uma nação esportiva. Ao mesmo tempo que concede ao esporte olímpico um campo de pertencimento imagético, de dimensão concreta e simbólica, que se sobrepõe às fronteiras dos Estados nacionais, sendo maior que uma dimensão simbólica, a nação.

REFERÊNCIAS

A Bandeira Olímpica. Olympic Movement. Disponível em <<http://www.flags.net/OLYM.htm>> acesso em 05 nov. 2012.

ALMEIDA L. F. R. **Estado-Nação e Ideologia Nacional.** Campinas, São Paulo: 218 f. Dissertação (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas. 1990. Disponível em <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000028960&fd=y>>. Acesso em 08 Ago. 2012.

ARRUDA J. J. A. **A grande revolução inglesa, 1640-1780.** Revolução inglesa e revolução industrial na construção da sociedade moderna. São Paulo, SP: Departamento de História-USP/Hucitec. 1996.

BINDER D. **“Olimpism” Revisited as context for global education:** Implications for Physical Education. Quest: 2001.

BONIFÁCIO M. F. **Liberalismo e Nacionalismo na primeira metade do século XIX.** Lisboa, Portugal: Publicultura S.A, 1998.

BRACHT V. **Sociologia crítica do esporte: uma introdução.** 3ª Ed. Ijuí, Rio Grande do Sul: Editora Unijuí, 2005.

BUENO L. **Políticas públicas do Esporte no Brasil:** razões para o predomínio do alto rendimento. São Paulo, SP: 292 f. Dissertação (Doutorado em Administração Pública e Governo). Escola de Administração e de Empresa de São Paulo. Fundação Getúlio Vargas. 2008.

CAMINHA I. O. **Considerações sobre a “ética do esporte”.** 2003 In. REPPOLD FILHO A.R. et al. **Olimpismo e educação olímpica no Brasil.** Porto Alegre, Rio Grande do Sul: Editora UFRS; Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

CÂNEDO L. B. **A revolução Industrial:** tradição e ruptura: adaptação da economia e da sociedade: rumo a um mundo industrializado. 3ª edição. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, 1987.

CARDOSO M. **Os Arquivos das olimpíadas**. São Paulo, SP: Editora Panda, 2000.

CARVALHO M.; CONSTANTINO J. **O que é o olimpismo: pequeno manual de iniciação**. Lisboa, Portugal: Livros Horizonte, 1986.

CASTANHO S. E. M. **Nasce a nação**: Roland Corbisier, o nacionalismo e a teoria da cultura brasileira. 1993. 191p. Tese (Doutorado em Filosofia da Educação). Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP: Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000065425>>. Acesso em: 10 Out. 2012.

COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO. **Olimpismo**. Rio de Janeiro, RJ: Disponível em: <<http://www.cob.org.br/movimento-olimpico/olimpismo>>. Acesso em 19 out. 2012.

COMITÊ OLÍMPICO INTERNACIONAL. **Jogos Olímpicos de Barcelona 1992**. Suíça. Disponível em: <<http://www.olympic.org/barcelona-1992-summer-olympics>>. Acesso em 19 out. 2012.

_____. **Jogos Olímpicos de Sidney 2000**. Suíça. Disponível em: <<http://www.olympic.org/sydney-2000-summer-olympics>>. Acesso em 19 out. 2012.

CONTINENTE ESQUECIDO: UE teme genocídio na guerra do Congo. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft1506200303.htm>>. Acesso em 10 Dez. 2012.

CUNHA M. S. V. **O Olimpismo: uma lição de vida?** Universidade do Futebol. 27 Jul. 2012. Disponível em: <<http://universidadedofutebol.com.br/Colunas/2012/07/3,11892,O+OLIMPISMO+UM+A+LICAO+DE+VIDA.aspx>>. Acesso em 10 Out. 2012.

DROUBI E. S. **Notas sobre as resoluções obrigatórias do Conselho de Segurança da ONU e sua introdução no direito brasileiro**. Revista Imes Direito. ano VII. n. 12. cap. 4. jan./dez. 2006.

DUNNING E. **Die Entstehung des Fussballsports**. 1979. In. BRACHT V. **Sociologia crítica do esporte: uma introdução**. 3ª Ed. Ijuí, Rio Grande do Sul: Editora Unijuí. 2005.

ELIAS N.; DUNNING E. **A busca da excitação**. Trad. Maria Manuela Almeida e Silva. Lisboa, Portugal: Editora Memória e Sociedade, 1992.

GALEANO E. **Futebol ao sol e à sombra**. Trad. Eric Nepomuceno e Maria do Carmo Brito. 3ª Edição. Porto Alegre, RS: L&PM, 2009.

GEARY P. J. **O mito das Nações: a invenção do nacionalismo**. Trad. Fábio Pinto. São Paulo, SP: Conrad Editora do Brasil, 2005.

GELLNER, E. **Nacionalismo e democracia**. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1981.

GIULIANOTTI R. **Sociologia do futebol: Dimensões históricas e socioculturais do esporte de multidões**. Tradução: Wanda Nogueira Caldeira Brant e Marcelo de Oliveira Nunes. São Paulo, SP: Editora Novalexandria, 2002.

GODOY, L. **Os Jogos Olímpicos na Grécia Antiga**. São Paulo, SP: Editora Nova Alexandria, 1996.

GONZÁLEZ, J. I. B. **Introducción**. In **Materiales de sociología del Deporte**. Madrid, Espanha: Las ediciones de La Piqueta, 1993.

GRIFI G. **História da Educação Física e do Esporte**. Porto Alegre, RS: D. C. Luzzatto Editores, 1989.

GUERREIRO P. **Antilhas Holandesas deixam de existir no mapa**. Revista Sol. 11 de Out. 2010. Disponível em <http://sol.sapo.pt/inicio/Internacional/Interior.aspx?content_id=1896 > Acesso em 09 Dez. 2012.

HALL S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. de Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: RJ. DP&A, 2006.

HARRIS E. **África: Eritréia trabalha para ter mais visitantes.** Jornal Folha de São Paulo. 03 Nov. 2005. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/turismo/fx0311200522.htm>> Acesso em 10 Dez. 2012.

HILÁRIO F.J. **A dança dos deuses: futebol, cultura, sociedade.** São Paulo, SP: Companhia das Letras. p.14-59. 2007.

HOBSBAWN E. J. **A era das revoluções 1789-1848.** Trad. de: Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. 7ª Edição. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra. 1977.

_____. **A era do capital: 1845-1875.** 12. ed. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2007.

_____. **Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991.** 2. ed. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1995.

_____. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade.** Trad. de Maria Celia Paoli, Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1990.

HOULIHAN B. **Sport, Policy and Politics: A Comparative Analysis.** Nova York, EUA: Ed. Routledge, 2007.

IGLÉSIAS F. **A Revolução Industrial.** 10ª Edição. São Paulo, SP: Editora Brasiliense. 1990.

INDEPENDENT OLYMPIC PARTICIPANTS at the 1992 Barcelona Summer Games. SR/ Olympic Sports. Disponível em: <<http://www.sports-reference.com/olympics/countries/IOP/summer/1992/>>. Acesso em 18 out. 2012.

INDIVIDUAL OLYMPIC ATHLETES at the 2000 Sydney Summer Games. SR/ Olympic Sports. Disponível em: <http://www.sports-reference.com/olympics/countries/IOA/summer/2000/>. Acesso em 19 out. 2012.

INDIVIDUAL OLYMPIC ATHLETES at the 2012 London Summer Games. SR/Olympic Sports. Disponível em: <<http://www.sports-reference.com/olympics/countries/IOA/summer/2012/>>. Acesso em 19 out. 2012.

JAGUARIBE, H. **Um estudo crítico de história**. São Paulo, SP: Paz e Terra. Vol.2. 2001.

KOHN, Hans. **A era do nacionalismo**. Rio de Janeiro, RJ: Fundo de Cultura, 1963.

LANCELOTTI, S. **Olimpíada 100 anos – História completa dos Jogos**. São Paulo, SP: Nova Cultural, 1996.

LUCAS J. A. **Future of the Olympics Games**. Champaign, EUA: Human Kinetics, 1992.

MACHADO T.P.R.; **Esporte e Religião no Imaginário da Grécia Antiga**. São Paulo, SP: 101f. Dissertação (Mestrado em educação Física). Escola de Educação Física e Esporte. Universidade de São Paulo. 2006.

MALBERGIER S. **Made in China: Repressão**. Jornal Folha de São Paulo. 20 Mar. 2008. Disponível em<
<http://www1.folha.uol.com.br/folha/pensata/sergiomalbergier/ult10011u384053.shtm>
> Acesso em 10 Dez. 2012.

MARCUSE H. **Eros e civilização: uma interpretação filosófica da obra de Freud**. 8ª Edição. Rio de Janeiro, RJ: Ed.Zahar, 1978.

MARTINS C. E. Da globalização da economia à falência da democracia. **Economia e Sociedade**. Campinas, SP: n.6. 1996.

MARX K.; ENGELS F. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo, SP: Coleção Universidade Popular. 7ª Edição, 1988.

MEYNAUD J. **El deporte y la política**. Barcelona; Hispano-Europea, 1972. In. BRACHT V. **Sociologia crítica do esporte: uma introdução**. 3ª Ed. Ijuí, Rio Grande do Sul: Editora Unijuí, 2005.

OLIVEIRA L.K; SILVA I.C. Sudão do Sul: novo país, enormes desafios. **Revista Meridiano**. Brasília, DF: vol. 12 n.128. Nov. Dez. 2011. Disponível em <http://seer.bce.unb.br/index.php/MED/article/view/3954>. Acesso em 10 dez. 2012.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, RS: Vozes, 2007.

PEARSON R. **The Longman Companions to European Nationalism**. Londres, Reino Unido: 1994.

PILATTI L.A. **Reflexões sobre o esporte moderno: Perspectiva Histórica**. In: **I Prêmio INDESP de literatura desportiva**. Brasília, DF: Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto, 1999.

PORTUGAL M. **Conheça os atletas sem país nas Olimpíadas de Londres**. Revista Exame. 05 ago. 2012. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/estilo-de-vida/entretenimento/noticias/conheca-os-atletas-sem-pais-nas-olimpiadas-de-londres/>> Acesso em 19 out. 2012.

PRONI M. W. **A metamorfose do futebol**. Campinas, SP: Unicamp/IE. p.19-38. 2000;

_____. **Esporte-Espetáculo e futebol-empresa**. Campinas, SP: 254 f. Dissertação (Doutorado em Educação Física) Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de Campinas, 1998.

REIS H.H.B.; ESCHER T. A. **Futebol e Sociedade**. Campinas, SP: Editora Liber Livros. 2006.

REPPOLD FILHO A.R. et al. **Olimpismo e educação olímpica no Brasil**. Porto Alegre, Rio Grande do Sul: Editora UFRS; Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

RIORDAN J. **State and Sport in Developing Societies**. *Internacional Review for Sociology of Sport*. n.21. 1986.

RUBIO K. Do olimpo ao pós-olimpismo: elementos para uma reflexão sobre o esporte atual. 2002. **Revista Paulista de Educação Física**. São Paulo, SP: vol.16. n.2. 130-43. jul./dez. 2002.

_____. **Esporte, educação e valores olímpicos**. São Paulo, SP: Ed. Casa do Psicólogo, 2009.

_____. Jogos olímpicos da era moderna: uma proposta de periodização. **Revista Brasileira Educação Física e Esporte**. São Paulo, SP: v. 24. n.1. Mar. 2010 .Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1807-55092010000100006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 16 Out. 2012.

SÁ-SILVA J. R. et al. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**. Ano I. Nº I. Jul. 2009. Disponível em: <http://rbhcs.com/index_arquivos/Artigo.Pesquisa%20documental.pdf>. Acesso em 06 Nov. 2012.

SCAGLIA A.J. **O futebol e as brincadeiras de bola: A família dos jogos de bola com os pés**. São Paulo, SP: Editora Phorte, 2011.

SIGOLI M.A.; DE ROSE J. A história do uso político do esporte. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**. Brasília, DF: vol.12; n.2. jun. 2004.

SILVA R. **O que são Participantes Olímpicos Independentes?** Surto Olímpico. 15 jul. 2012. Disponível em: <<http://surtoolimpico.blogspot.com.br/2012/07/o-que-sao-participantes-olimpicos.html>>. Acesso em 19 out. 2012.

SIMSON V.; JENNINGS A. **Os Senhores dos Anéis: Poder, dinheiro e drogas nas Olimpíadas Modernas**. Trad. Celso Nogueira. São Paulo, SP: Best Seller: Círculo do Livro, 1992.

SMITH A. **National Identity**. Londres, Reino Unido: Penguin books, 1991.

SOUZA B. C. **História da educação física**. Escola de Educação Física da Polícia Militar do Estado de São Paulo, SP: 1975.

TAVARES O. **Estudos Olímpicos**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Gama Filho, 1999.

TELES P. G. **Autodeterminação em Timor Leste: Dos acordos de Nova Iorque à consulta popular de 30 de agosto de 1999**. Nova York, EUA: Documentação e Direito Comparado. n. 79/80. 1999.

TERRA V.D.S. Esporte moderno e educação burguesa: Imagens do caráter esportivo no filme Carruagem de Fogo. 2009. **Revista de História do Esporte**. Campinas, SP: vol. 2. n. 1. p 1-29. jun. 2009.

VARA BRANCO A. M. O nacionalismo nos séculos XVIII, XIX e XX. O princípio construtivo da modernidade numa perspectiva histórico – filosófico e ideológico. Um caso paradigmático: A Alemanha. **Revista Millenium**. n.36. 2009. p.1-28. Disponível em <<http://miud.in/oES>> Acesso em 08 Ago. 2012.

VILELA E. M.; NEIVA P.R.P. **As sociedades tradicionais e modernas**. Centro de Referência Virtual do Professor. SEE, Minas Gerais: Set. 2010.

ZANINI F. **África: ONU testa no tribunal em Serra Leoa**. Jornal Folha de São Paulo. 28 Nov. 2004. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft2811200410.htm>> Acesso em 10 Dez. 2012.